



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THAVICO FERREIRA ALMEIDA

**ANÁLISE DA ECONOMIA POPULAR NO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ,
EM MACEIÓ.**

Maceió - AL
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THAVICO FERREIRA ALMEIDA

**ANÁLISE DA ECONOMIA POPULAR NO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ,
EM MACEIÓ.**

Monografia apresentada ao curso de Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Economia.

Orientador: Prof. M.e Cleydner Marques de Magalhães
Maurício

Maceió - AL
2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- A447a Almeida, Thavico Ferreira.
Análise da economia popular no conjunto Cleto Marques Luz, em Maceió /
Thavico Ferreira Almeida. – 2022.
73 f. : il.
- Orientador: Cleydner Marques de Magalhães Maurício.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió,
2022.
- Bibliografia: f. 70-71.
Anexos: f. 72-73.
1. Economia popular. 2. Feiras livres. 3. Espaço urbano. I. Título.

CDU: 339.177

Sou grato a Deus, pois não me deixou fraquejar ou desistir. Dedico esse trabalho ao meu pai Radjalma (*in memoriam*) e minha mãe Maria, meus irmãos e minha família pelo incentivo para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre estado a meu lado, me guiando pelos caminhos sábios, direcionando toda uma energia em prol de meus sonhos.

Agradeço em especial a meus Pais, através de uma educação e encorajamento para não desistir, que com amor e carinho incondicional, nada teria conseguido.

A esposa e filho que ao meu lado e com a certeza do êxito, dedicaram suas sabedorias numa aplicação de que sonhos não são em vão.

Aos companheiros e companheiras presentes no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, que são muitos, onde cada um com seu grau de importância e merecimento estiveram e estará sempre presente.

Ao professor Msc. Cleydner Marques de Magalhães Maurício, meu orientador, por assim acreditar na oportunidade da realização deste trabalho, dirigiu-se com compreensão e pela atenção dispensada e sugestões aprimoradas para a concretização desta monografia.

Sem sonhos as perdas se tornam insuportáveis, as pedras do caminho se tornam montanhas, os fracassos se transformam em golpes fatais.

Mas, se você tiver grandes sonhos...

seus erros produzirão crescimento, seus desafios produzirão oportunidades, seus medos produzirão coragem.

Por isso, meu ardente desejo é que você nunca desista de seus sonhos.

(Augusto Cury)

RESUMO

O Conjunto Cleto Marques Luz, localizado no bairro de Tabuleiro do Martins na cidade de Maceió, é possuidor de uma própria dinâmica econômica popular. Através do setor de comércio e de serviço na principal avenida Vereador Dário Marsíglia, bem como a existência de uma feira livre, não são responsáveis apenas para o suprimento do referido conjunto, mas de todo o seu entorno. Com isto, se deseja investigar se o Conjunto Cleto Marques Luz constitui de um comércio popular dinâmico. O objetivo é analisar os aspectos econômicos e sociais e suas influências nas comunidades vizinhas numa contribuição para vivência do espaço urbano e da sociabilidade. O presente trabalho delineou-se através de levantamentos em leituras, análises de textos, imagens, quanti-qualitativa com pesquisa de campo com feirantes e consumidores. Neste sentido, foram aplicados 60 questionários para consumidores e 38 para feirantes, onde ficou demonstrado a importância da feira livre e sua representação no referido conjunto. O estudo ressaltou a importância do desenvolvimento local para a população do Conjunto Cleto Marques Luz, beneficiando-o com maior comodidade fazendo-se valer da diversidade de produtos ofertados tanto na economia formal, informal e subterrânea.

Palavra Chave: Economia popular, Feira livre, Espaço urbano.

ABSTRACT

The Conjunto Cleto Marques Luz, located in the neighborhood of Tabuleiro do Martins in the city of Maceió, has its own popular economic dynamics. Through the trade and service sector on the main avenue Vereador Dário Marsiglia, as well as the existence of a free fair, they are not only responsible for the supply of that set, but of all its surroundings. With this, we want to investigate whether the Cleto Marques Luz Complex constitutes a dynamic popular commerce. The objective is to analyze the economic and social aspects and their influences on neighboring communities in a contribution to the experience of urban space and sociability. The present work was outlined through surveys in readings, analysis of texts, images, quantitative-qualitative with field research with fairground and consumers. In this sense, 60 questionnaires were applied to consumers and 38 to fairgrounds, which demonstrated the importance of the open market and its representation in that set. The study highlighted the importance of local development for the population of Conjunto Cleto Marques Luz, benefiting them with greater convenience by making use of the diversity of products offered in the formal, informal and underground economy.

Keywords: Popular economy, Free fair, Urban space.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 01 – Av. VER. DÁRIO MARSÍGLIA	52
FOTO 02 – Av. VER. DÁRIO MARSÍGLIA	52
FOTO 03 – Rua ZACARIAS FONTAN DE MELO	52
FOTO 04 – Rua ZACARIAS FONTAN DE MELO	52
FOTO 05 – VENDEDOR DE RUA FIXO	56
FOTO 06 – VENDEDOR DE RUA FIXO	56
FOTO 07 – VENDEDOR DE RUA MÓVEL	56
FOTO 08 – VENDEDOR DE RUA MÓVEL	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – MACEIÓ CRESCIMENTO POPULACIONAL	48
GRÁFICO 02 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAIS COM MAIOR PRESENÇA (AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA)	54
GRÁFICO 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES ENTREVISTADOS, POR FAIXA ETÁRIA, EM 2019.	59
GRÁFICO 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES ENTREVISTADOS, SEGUNDO GÊNERO, EM 2019.	59
GRÁFICO 05 – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE.....	60
GRÁFICO 06 – MORADIA DOS FEIRANTES	61
GRÁFICO 07 – RENDA X NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS FEIRANTES.....	62
GRÁFICO 08 – UTILIZAÇÃO DE AUXÍLIOS DO GOVERNO PELOS FEIRANTES	63
GRÁFICO 09 – FREQUÊNCIA DE COMPRAS NA FEIRA	64
GRÁFICO 10 – LOCAL ONDE RESIDEM OS CONSUMIDORES	65
GRÁFICO 11 – LOCAL DE RESIDÊNCIA X RENDA DOS CONSUMIDORES.....	66
GRÁFICO 12 – MOTIVOS DOS CONSUMIDORES COMPRAREM NA FEIRA LIVRE..	67

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAS ESPACIAIS DERIVADAS	37
IMAGEM 02 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE MACEIÓ	47
IMAGEM 03 – PARTE ALTA DA CIDADE DE MACEIÓ - TABULEIRO.....	49
IMAGEM 04 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ	50
IMAGEM 05 – PRESENÇA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS NO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ	51
IMAGEM 06 – LOCALIZAÇÃO DA FEIRA DO CLETO MARQUES LUZ	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – OS NÚCLEOS SECUNDÁRIOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	34
QUADRO 02 – CLASSE SOCIAL POR FAIXA DE RENDA	42
QUADRO 03 – OUTROS ESTABELECIMENTO COMERCIAIS (AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA).....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – ORIGEM DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE	60
TABELA 02 – CLASSE SOCIAL E FAIXA DE RENDA DOS FEIRANTES*	62
TABELA 03 – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS CRÉDITO/MICROCRÉDITO PELOS FEIRANTES.....	64
TABELA 04 – CLASSE SOCIAL E FAIXA DE RENDA DOS CONSUMIDORES*	65
TABELA 05 – OUTRAS COMPRAS REALIZADAS PELOS CONSUMIDORES.....	67
TABELA 06 – DEMANDA DOS CONSUMIDORES	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização e Problemática	13
1.2	Objetivos	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	Justificativa	15
1.4	Estrutura da Pesquisa	16
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO	16
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE FEIRA LIVRE	18
3.1	Conceitos Econômicos Referente à Pesquisa	18
3.2	Uma Síntese da Origem e Surgimento da Feira Livre	19
3.2.1	As feiras livres no Brasil	21
3.2.2	As feiras livres no nordeste	23
3.2.3	Ocupação espacial de alagoas	23
3.3	Elementos da Economia Urbana	25
3.3.1	O espaço urbano	25
3.3.2	Agentes sociais do espaço urbano	27
3.3.3	Processos sociais: funções e formas espaciais	30
3.3.4	Atuação do estado no espaço urbano	38
3.3.5	Desenvolvimento econômico e seus aspectos	39
3.4	Economia Popular	41
3.5	Economia Subterrânea	43
4	CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA 7ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MACEIÓ, DO BAIRRO TABULEIRO DO MARTINS E DO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ	44

4.1 Aspectos Urbanos.....	44
4.2 Aspectos Históricos do Bairro de Tabuleiro do Martins e Conjunto Cleto Marques Luz	52
4.3 Comunidades Circunvizinhas e as Influências da Economia Urbana	54
5 A PRESENTE DINÂMICA DA ECONOMIA NO CONJUNTO CLETO	
MARQUES LUZ	57
5.1 Economia Informal no Bairro de Tabuleiro do Martins	57
5.2 Os Feirantes da Feira Livre do Cleto Marques Luz.....	58
5.3 Os Consumidores da Feira Livre do Cleto Marques Luz	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS:	73

INTRODUÇÃO

Esta seção introdutória exibirá a contextualização e a problemática. Em seguida, constata-se os objetivos geral e específico, a justificativa e, por fim, a organização dessa pesquisa.

1.1 Contextualização e Problemática

A estrutura da paisagem que se constata diante das presentes modificações globais, avança minuto a minuto através das mudanças sejam elas sociais, econômicas, políticas, das mais variadas que venham hoje, através das alterações do capitalismo, viver em acontecimentos de metamorfose do espaço habitado (SANTOS, 2008).

Maceió trabalha para oferecer as melhores condições possíveis para promoção de construção de moradias de interesse social e, através do poder Público, encontrar alternativa para reduzir o déficit habitacional. Na medida em que, com o crescimento da população em Maceió, traz garantia de acesso para uma população de baixa renda.

Sendo essas construções habitacionais proporcionada pela prefeitura, pelo Estado, sendo financiada por bancos federais, onde se destaca a CEF, possuindo projetos de habitação populares.

Surge o Conjunto Cleto Marques Luz onde, numa formulação da organização espacial, defini vigentemente com o surgimento de vários serviços o seu comércio contemplando com crescimento e desenvolvimento com a dinâmica espacial.

Descrita acima, faz com que o Conjunto Cleto Marques Luz, beneficie-se de um comércio popular dinâmico, considerando-o como bairro periférico, bem ainda destacável com uma avenida que serve de “eixo” de ligação a principais vias de acesso, e também da presença de uma feira livre fundamentada em local estratégico.

Identifica-se, por toda sua característica territorial, que o Conjunto Cleto Marques Luz se consolida como uma região dinâmica do comércio popular.

O conjunto, junto com seus populares, conta com uma Associação de Moradores, um instrumento favorável tendo o dever de exigir a satisfação das necessidades mais prioritárias: segurança, transporte, posto de saúde, coleta de lixo, entre os moradores, comerciantes e os Órgãos Públicos.

O crescimento do bairro, nos permite perante a observação *in loco*, retratar o notável desenvolvimento econômico, social, sua crescente mercantilização habitacional e estrutura urbana.

Nos deparamos por uma inexistência de produção teórica, de um estudo que o identifique como região referida por um dinamismo econômico popular e desvenda de forma científica estes aspectos acima mencionados, o que faz incentivarmos na produção desta pesquisa.

A questão problema surgida na elaboração da presente pesquisa é identificar se: O Conjunto Cleto Marques Luz, constitui de um comércio popular dinâmico?

Parte-se do pressuposto, neste trabalho, que há um comércio articulador, dinâmico e organizador que atenderá as necessidades essenciais das camadas menos abastadas do próprio conjunto bem como do seu entorno.

1.2 Objetivos

A partir do tema de pesquisa proposto, os objetivos que nortearão o trabalho são os seguintes:

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os aspectos econômicos e sociais que fazem parte do Conjunto Cleto Marques Luz, assim como, sua influência nas comunidades vizinhas.

1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, então, propõe-se a:

- Caracterizar geograficamente o Conjunto Cleto Marques Luz;
- Verificar os setores e ramos de atividades presentes no Conjunto Habitacional, com ênfase na Feira Livre;
- Identificar a presença e/ou ausência do Poder Público como facilitador da inserção do centro comercial e de serviço suprindo as necessidades deste entorno.

1.3 Justificativa

A justificativa para a realização desse trabalho se faz relativo à contribuição e importância em que a economia popular, inserida no processo de urbanização, representa para a cidade, assim como no conjunto referido. O espaço urbano se tornou o lugar de consolidação e de um processo de expansão do modo de produção capitalista. Tal processo gera a circulação de riquezas e traz benefícios para a comunidade do conjunto, feirantes, consumidores, empresários, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, quanto das comunidades circunvizinhas.

Se faz necessário fazer esta pesquisa para que seja possível constatar o vínculo e a contribuição para a cidade de Maceió, para o Conjunto Cleto Marques Luz, para famílias, em que na sua essência congrega materialidade e imaterialidade, para que a prefeitura observe esses espaços gerados como fonte de oportunidades para produção de emprego e renda.

Assim sendo, para o campo de estudos organizacionais esta pesquisa se torna oportuno, pois o comércio local e a feira livre inserida no Conjunto Cleto Marques Luz, integra valor econômico e simbólico para quem compartilha dela e contribui para a geração de trabalho e renda e possui uma forma inerente e dinâmica de gestão e de contato com os clientes. Já para a sociedade em geral, este trabalho se faz essencial para que desenvolva a percepção da relevância da economia popular, quais proporções e meios para que consiga melhorar, tanto do ponto de vista da gestão pública, como a relação com a cidade de Maceió, além dos feirantes e consumidores.

Contudo, a presente pesquisa se justifica em critério das mudanças e alterações radicais que ocorrem nesta área, corroborando a ideia de uma metamorfose da paisagem e suas ações socioespaciais por intermédio do uso e valorização do espaço urbano. Da produção do espaço urbano e da valorização mercadológica existe um considerável aumento das atividades econômicas populares criando circuitos econômicos capazes de construir práticas sócio-espaciais de base popular. Também presente nesse espaço, a feira livre é um evento significativo e com objetivo não apenas para trocas comerciais, também, propicia a cultura e identidade de território. Além dos moradores e/ou consumidores que abastecem semanalmente com compras de produtos com preços baixos, com alimentos de qualidade e ainda comportem isso com familiares e amigos, sendo assim, essa prática ocorre de geração em geração.

De tudo acima exposto, existe o estímulo do pesquisador, que sempre andou, visitou, observou nos bairros e nos conjuntos habitacionais de Maceió suas economias populares, como também as feiras livres inseridas nesses locais, resultando assim, durante a graduação a vontade de prosseguir com a economia popular do Conjunto Cleto Marques Luz como objeto de estudo.

1.4 Estrutura da Pesquisa

Está organizada, a estrutura desse estudo, em cinco seções, começando com esta introdução que contempla a contextualização, o problema, os objetivos e justificativas. A seção dois detalhará a metodologia utilizada na estruturação do estudo. Na seção três, será abordado uma revisão de literatura sobre elementos da economia urbana, questões sobre desenvolvimento econômico, economia popular e subterrânea. Como também o surgimento das feiras e sua influência na formação e ocupação das cidades atuais, dando ênfase na sua contribuição para a ocupação espacial na região nordeste e para o Estado de Alagoas. A seção quatro tratamos da caracterização geográfica da 7ª região administrativa de Maceió, do bairro Tabuleiro do Martins e do Conjunto Cleto Marques Luz. Em seguida trazemos os aspectos urbanos, históricos e econômicos de Maceió e do Conjunto Cleto Marques Luz. Já a seção cinco é analisada a dinâmica econômica presente no Conjunto Cleto Marques Luz.

O presente trabalho terá o seguinte formato de desenvolvimento:

- a) Revisão bibliográfica para nortear as justificativas, subsidiar as proposições e dar sentido a formulação da organização espacial;
- b) Contextualizar a origem e surgimento da feira livre, assim como trazer elementos da economia urbana, economia popular e economia subterrânea para com o espaço urbano;
- c) Caracterizar aspectos urbanos e histórico da sétima região administrativa de maceió, do bairro de Tabuleiro do Martins e do Conjunto Cleto Marques Luz;
- d) Analisar a presente dinâmica da economia no Conjunto Cleto Marques Luz pelos resultados obtidos considerando as relações que envolvem feirantes e consumidores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

O estudo da presença da Economia Popular, na localidade do Conjunto Cleto Marques Luz, visa identificar e compreender o perfil da região a qual desempenha um papel estruturante da vida econômico-financeiro e social do próprio conjunto e bairros adjacentes.

Inicialmente foram realizadas pesquisas biblioagráficas como base para fundamentação do trabalho. Assim, houve a visitação a Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas onde foram utilizadas obras como trabalhos monográficos, artigos, dissertações, livros com o

tema feira livre, espaço urbano, economia popular, além de serem feitas pesquisas em sites na internet. Após o estudo da temática foi possível traçar o caminho a seguir.

Para uma melhor análise, os materiais coletados, na principal da avenida Vereador Dário Marsíglia com 2 km de extensão, foram documentados por meio de registro fotográfico, observação e levantamento bibliográfico fundamentando a pesquisa. As cenas observadas confirmam os conceitos teóricos tratados nos tópicos deste trabalho e expõem um cenário agradável do evento. O estudo da influência e desempenho, frente ao entendimento posto a Economia Popular presente no Conjunto Cleto Marques Luz, Maceió-AL, tem como objetivo de identificar suas relações comerciais no âmbito do espaço urbano, bem como compreender a dinâmica de sua atividade comercial, contribuindo para os estudos referentes à organização e comportamento dos setores formal, informal e subterrânea de forma específica àquelas inerentes as transformações internas de caráter urbano.

A pesquisa de campo fora realizada na feira livre do Conjunto Cleto Marques Luz, nos dias 20 e 21 de dezembro de 2019, nos respectivos horários e dias de funcionamento da feira (segunda a sábado), onde foram entrevistados 60 consumidores e no dia 28, do mesmo mês, foram entrevistados 38 feirantes da feira livre. Buscou-se identificar o perfil dos consumidores e feirantes, assim como os principais produtos comercializados, bem como seus canais de comercialização.

Foi utilizada a aplicação de questionários para coleta de dados fornecendo base científica a esta pesquisa, usando alguns conceitos utilizados por GIL (2010), onde para o mesmo, são apenas quatro caminhos para se obter dados em pesquisa nas Ciências Sociais, sendo eles: “pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e pesquisa de laboratório”. Os questionários foram aplicados com entrevista, sendo o mesmo entendido por Gil como uma técnica de coleta de dados que contêm algumas questões escritas, onde as respostas são redigidas pelo pesquisador de campo. Quanto ao tipo de questões que se usou foram às fechadas e abertas. Com os dados obtidos se fez levantamento dos dados, sendo organizados, tratados e desenvolvidos pelo Software Excel 2016, seguidamente foram elaborados gráficos e tabelas a serem exibidos no resultado desta pesquisa.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE FEIRA LIVRE

Nesta seção estará fundamentos teóricos deste trabalho. Nela, serão apresentados conceitos econômicos, composição da origem e surgimento da feira livre, a presença das feiras livres no Brasil e no Nordeste, apresentando influências da pecuária e cana-de-açúcar.

1.5 Conceitos Econômicos Referente à Pesquisa

O propósito deste trabalho é, em primeiro lugar, a busca em definir alguns conceitos. Do latim *feria*, que significa dia de festa, a palavra citada vem sendo utilizada a designar formas de apropriação do espaço público efetivando transações de mercado em horários determinados e em dias fixos. Tornando-se assim, um formato de varejo não possuindo bancas ou barracas físicas e, em vista disso, são caracterizadas predominantemente por instalações provisórias erguidas nas vias públicas, em pontos estratégicos da cidade, em horários e dias determinados (COLLA et al., 2007, apud COÊLHO; PINHEIRO, 2009).

O conceito de varejo adotado em relação ao trabalho pesquisado é o de Parente (2010, p. 22), na qual, varejo consiste em atender a uma necessidade pessoal para o consumidor final diante das atividades que reúnem o processo de venda de produtos e serviços.

Para Kotler (2012, p. 482) “o varejo inclui todas as atividades relativas à venda de bens e serviços diretamente ao consumidor final, para uso pessoal”. Não existe varejo com formato ideal mais sim a busca de uma eficiência, importante, na escolha do negócio e a consistência das definições de opções estratégicas.

Neste trabalho, o entendimento de mercado consistirá em “um local ou contexto em que vendedores (compõe o lado oferta) e compradores (compõe o lado da procura) de bens, serviços ou recursos realizam transações e estabelecem contatos” (PASSOS et al., 2012, p. 16). Tal conceito não implica geograficamente na existência de uma lugar, por conseguinte, as mercadorias são vendidas nos mais diferentes dispositivos institucionais, sendo eles lojas, bolsa de valores, feiras etc., assim a qualquer um deles utiliza-se o termo mercado.

1.6 Uma Síntese da Origem e Surgimento da Feira Livre

A feira marca historicamente uma importância cultural antiga. E no que se relata às relações sociais, evidência como um trânsito de saberes, de intimidade, estreitando relações de amizade, não influenciando apenas na economia com compras e vendas de mercadorias.

Para Vedana (2004) na Roma e Grécia, já se tornara presente com os primeiros indícios da feira livre como fenômenos econômicos sociais, onde para os Romanos, implicações eram postas as feiras sendo elas de ordem públicas, desde sua criação e funcionamento estando esta dependente da garantia e intervenção do estado. O desenvolvimento das sociedades ocorre com significativa dependência das evoluções das relações de troca. Esta relação comercial objetiva a necessidade do homem na busca de consolidar uma relação de troca com outras comunidades e culturas (ALBINO, 2010).

Da origem das feiras, torna-se possível estabelecer quando a mesma culmina como um ato de comércio. “A formação de excedentes de produção dos produtores acredita-se ser a principal causa de origem das feiras” (SOUZA, 2004, p. 193). Conforme o referido autor a feira livre prospera na idade média, embora a civilização egípcia, no apogeu do modo de produção escravista, a produção era para auto-consumo dos escravos, sem nenhum interesse em comercializar a economia egípcia não conheceu a monetarização.

Mas como mostra Camargo (1982, apud ANDRADE, 2007, p. 25) o comércio tem sua origem no momento em que, “o homem primitivo percebeu que outro seu semelhante poderia necessitar de um produto que a ele sobrava, institui-se o primeiro ato de comércio.” Tal aspecto demonstra-se distinguível com o início do comércio por Andrade (2007) do início citado por Souza (2004) condizente das feiras livres. Várias são as relações argumentáveis para o desenvolvimento do comércio que havia na base da economia feudal, considerada como economia fechada e auto-suficiente, onde a atividade econômica baseava-se na produção para subsistência e que estava voltada para o consumo local e que o desenvolvimento do comércio tornava-se extremamente difícil não havendo quase excedentes a serem comercializados.

Havia uma economia de consumo, em que cada aldeia feudal era praticamente autosuficiente [...]. O servo e sua família cultivavam seu alimento e com as próprias mãos fabricavam qualquer mobiliário de que necessitassem. O senhor do feudo logo atraía à sua casa os servos que se demonstravam bons artífices, a fim de fazer os objetos de que precisava. Assim, o estado feudal era praticamente completo em si – fabricava o que necessitava [...]. (HUBERMAN, 2011, p. 13-14)

Dentre estas justificativas está o comércio que ganhou significativo impulso com o aumento da produção agrícola e por consequência suas terras obtiveram ascensão produtiva, num contexto onde a única fonte de riqueza explorada definido era o campo, esse aumento da produtividade provoca a formação de excesso de produtos rurais para que se pudesse proporcionar a comercialização com maior desenvoltura, abriria uma notável expansão conjuntural favorável à atividade comercial, resultando numa mudança funcional importante dentro da sociedade.

(...) existência regular de um excedente de produção engendra a troca que, por sua vez, também passa a ser regular, e sua expansão permite o aparecimento da figura do comerciante, bem como da atividade comercial, aumentando a divisão social do trabalho (DANTAS, 2007, p.62, apud PINTAUDI, 1984, p. 38-39).

Outra justificativa que ganhou impulso foi o crescimento das cidades e o nascimento das atividades de grande influência assim dita como civilizadoras, as cruzadas, que sob fundamentos com respaldo evangelizadoras nortearam numa abertura do comércio com elo de ligação com o oriente.

Dessa forma, consolidavam-se o maior desenvolvimento do comércio na existência transacional entre o modo de produção feudal e o surgimento do modo de produção capitalista na europa onde a ligação desses dois pólos se fazia por rotas terrestres e que se realizavam grandes feiras, onde essa reativação geral do comércio contribuiu juntamente com o crescimento demográfico, constituindo núcleos urbanos e que se tornaria presente o desenvolvimento da atividade econômica das cidades. Colaborou para transformações e progresso econômico de muitas delas, mas, sobretudo contribuiu para desenvolver estratégias e ações de mudanças, moldando a organização do espaço geográfico no interior das cidades.

Desta forma a atividade econômica promove uma nova configuração urbana e a reativação diversificada do comércio foram criando as condições para a transição para o modo de produção capitalista e que levou ao declínio do sistema econômico feudal.

Anos se passaram e as cidades abrigariam comércio e serviços, paralelo a estabilização das indústrias do final do século XVII, faz com que num processo de modernização solidifique os serviços, o comércio e a indústria moldando a relação entre campo-cidade e décadas depois nos espaços regionais as relações interurbanas.

1.6.1 As feiras livres no Brasil

No século XVI, compreendido com uma articulação econômica, de caráter preponderante comercial, a partir do processo da ocupação portuguesa ocorre através da formação dos primeiros núcleos urbanos, ocorre os impulsos que tornariam presente as feiras no Brasil. A origem das feiras estão ligada a formação de excedente de produção dos produtores agrícolas como uma das principais causas.

No período da idade média, visando o desenvolvimento e aprimoramento de métodos agrícolas no feudos, a produtividade aumenta criando um excedente que é gerado e comercializado no universo das feiras¹.

A feira é uma modalidade antiga de comércio, observada pelo mundo todo, onde se congregou em determinadas regiões originada por intercâmbio de mercadorias.

Na Europa Medieval, as feiras se constituíam como espaços de sociabilidade, reunindo periodicamente mercadores de diversas regiões. A partir dos portos italianos consolidava-se um comércio terrestre, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental².

Entre os século XVII e XVIII dar-se o início das feiras, regido do crescimento demográfico e com uma economia diversificada, dando origem ao povoamento no interior brasileiro e de sua formação, onde expande-se ao território brasileiro e que se desempenharia no abastecimento das populações com os mais variados produtos agropecuários. Nos pequenos municípios do interior brasileiro, a presença da feira torna-se uma estrutura com importância transcendental, a agricultores familiares, com funções de intermediações de troca de bens, serviços e mercadorias, o que torna um palco de troca de cultura e saber ou redirecionamento do processo produtivo.

No Brasil, durante muito tempo sendo responsável pelo abastecimento das cidades, essa atividade faz surgir transformações e desenvolvimento em centros urbanos dinâmicos.

Apesar de ser uma atividade comercial de tempos remotos, as feiras se expressam, nos dias atuais, tanto nos pequenos como nos grandes centros urbanos. Elas se mantêm no espaço não somente por sua lógica tradicional, mas devido às recentes ações dos agentes que equilibram a organização das feiras com as recentes características do comércio (COSTA; SANTOS, 2015, p. 654).

¹ GONÇALVES, A. O.; ABDALA, M. C. 'Na banca do 'seu' Pedro é tudo mais gostoso' - **Pessoalidade e sociabilidade na feira-livre**. São Paulo: Ponto.Urbe (USP), v. 2, p. 1-7, 2013.

² Ibid., 2013, p. 2.

Assim, enquanto as populações de médio e alto *status* têm condições de consumir produtos mais refinados disponíveis em grandes centros comerciais, como hipermercados, muitas se deslocam de um pequeno centro urbano para uma grande cidade, enquanto que a população de baixo *status* satisfaz suas necessidades de consumo na própria cidade onde ela reside, seja nos pequenos supermercados, mercearias ou ainda nas feiras livres.

Segundo Costa e Santos (2015, p. 658) com o aumento da cidade e do centro urbano, criou-se visão habitual de instalar outras formas comerciais nos mercado públicos, mercearias e bodegas de se fazer a feira para adquirir o que será consumido no espaço doméstico.

Nos grandes centros urbanos as feiras foram substituídas pelas redes de supermercados, então ela busca o seu espaço na periferia. Desse modo, as dinâmicas urbanas embalam a uma descentração de serviços e atividades menos elaboradas, que se desprendem do centro tradicional para outras áreas na cidade e seu arredor, como o caso da feira livre do Pedregal, onde podem ser encontrados produtos de diversas regiões brasileiras. Nos finais de semana a periferia vira centro onde, nestes espaços, as pessoas buscam mercadorias e diversão.

Observa-se que as feiras como mercado varejista, no fim do século XIX e início do século XX, no Brasil é marcada como inovação e referência de exaltações de bens dentro das maiores cidades brasileiras.

No bojo do processo de modernização do varejo, foi criada a feira livre no final de 1904. Inicialmente, por sua expressão reduzida, as feiras livres apresentam-se mais como efeito decorativo, um “ornamento da modernidade” que propriamente como canal de abastecimento [...] (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 76).

Contudo as feiras livres, mais que espaços de permutação de produtos, são locais que representam a situação de uma sociedade em determinado momento, pois salientam a produção local e o giro contínuo de mercadorias, apesar da perda de espaço com a expansão da urbanização brasileira e o avanço do automóvel e da rede estruturada de comércio varejista, como os grandes supermercados. No Brasil as feiras são espaços ricos conhecidamente por sua cultura, que também se faz presente em outras sociedades. Em geral, distanciados dos setores mais opulenta das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas suburbanas e hoje servem a uma população mais carente.

1.6.2 As feiras livres no nordeste

No nordeste brasileiro, o surgimento das feiras está associado a cana de açúcar, a pecuária e a cultura do algodão o que permitiria uma inicial estruturação produtiva. Marcada pela abundância de terras a pecuária constituiu numa das atividades econômicas que mais se desenvolveu para a ocupação espacial.

A economia criatória gerou renda formada pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couro. Assim, criou condições para se estabelecer núcleos de povoamento que logo se estabeleceriam relações comerciais, com a comercialização do gado e em seguida para a evolução das feiras livres. No século XVIII, se identificariam feiras vinculadas ao comércio de gado e da farinha.

O comércio de gado disseminaria pelo interior nordestino influenciando a formação de praças e da feira livre. O sistema de transporte sofre alterações com a modernização alterando a condução de animais do sertão para a zona da mata, onde as feiras de gado perderiam importância dentro da região. Os comerciantes e agricultores tem suas estratégias de vendas alterados nos locais chamados de praças de mercado.

No mais, os espaços ganham organização, dinamismo, periodicidade e peculiaridade, havendo transformação de simples aglomerado em agentes capazes de alterar a vida socioeconômica de cidades e mesmos de regiões, dependendo da abrangência, atraindo vários estabelecimentos através da grande demanda gerada e que provocaria surgimento de verdadeiros centros comerciais em alguns casos.

1.6.3 Ocupação espacial de alagoas

Nesta seção abordaremos a expansão da cana-de-açúcar no estado de Alagoas que se deu mediante a uma adaptação aos condicionantes naturais. Outro fator que colaborou para o povoamento foi a pecuária ocupando grandes porções da área regional.

1.6.3.1 Influência da cana-de-açúcar

Os engenhos de açúcar tornam-se como provável precursor do povoamento do território alagoano. Conforme Carvalho, a economia alagoana teve sua mudança influenciada pelo aproveitamento das terras férteis da zona da mata para o cultivo da cana de açúcar e tendo sua

complementação através da pecuária extensiva nas áreas menos produtivas, onde seu povoamento adquiria influência política e formação de uma sociedade altamente hierarquizada³. Assim, a cana de açúcar assegura a bonança econômica criando uma sociedade em fundamentos estáveis. Alagoas reunia condições naturais para o plantio onde se convertia como principal atividade econômica. A cana de açúcar torna-se a primeira cultura comercial, com crescimento de banguês e com os empreendimentos dos engenhos criaram um dos produtos de maior valor do comércio mundial. A plantação de cana de açúcar se instala do litoral norte e expande ocupando terras ao sul de Alagoas.

O triunfo alcançado pelo açúcar já não era mais o mesmo no momento do surgimento de uma concorrência externa, do açúcar antilhanho e do açúcar europeu, onde não conseguia fazer frente ao preço e à qualidade do açúcar. O mercado interno não era capaz de absorver a produção nacional, o que criaria uma forte crise no setor açucareiro nordestino. Foi a partir do século XIX que os engenhos não conseguiam reagir a estagnação estimulada pelo fim da mão-de-obra escrava, pela falta de infra-estrutura e pelo baixo nível de especialização agrícola e fabril. Em 1882 instala-se a primeira usina canavieira, com grande capital e maiores avanços tecnológicos, superando a produção dos banguês a partir de 1922, mas não foi o suficiente para conter a crise do engenho. O governo federal cria o IAA (Instituto de Açúcar e Álcool) e passa a ter o controle dos engenhos na definição da produção como no tabelamento de preços, o que transformaria no segundo maior produtor e exportador nacional de açúcar e álcool. Nos anos 70, com o apoio federal, Alagoas é beneficiada, através de recursos financeiros, e amplia sua área de plantação.

1.6.3.2 Influência da pecuária

A pecuária, uma das principais atividades econômicas do Nordeste, ocupa grandes porções da área regional, empregando grande parte da população e contribuindo de maneira ponderável para o abastecimento de alimentos às populações urbana e rural, tendo ainda grande participação na renda regional. Além disso o rebanho nordestino, nas várias espécies animais, constitui elevada percentagem do rebanho brasileiro. A pecuária no estado de Alagoas surge como segunda atividade agrícola, após a economia açucareira, de maior influência para a

³ CARVALHO, C. P. O.. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 3. ed. 2009.

formação espacial e econômica do estado, tornando-se atividade secundária nos engenhos de açúcar, servindo de suporte à expansão para o Agreste e Sertão⁴.

O gado criado era utilizado na alimentação, na produção de couro para utensílios de trabalho e domésticos, além de tração animal nos trabalhos para obtenção do açúcar. Deu ainda notável contribuição ao desenvolvimento das duas culturas de exportação que mandaram, através dos séculos, a evolução econômica regional: a cana de açúcar, que das áreas de pecuária recebia os animais de trabalho que moviam as almanjarras, conduziam os carros, os que eram utilizados como animais de carga e que abasteciam de carne as populações dos engenhos e fazendas, e o algodão, cuja cultura sempre foi feita associada à pecuária, no conhecido complexo algodão-gado-cereais. Já no início do século XVII existem registros de excelentes pastagens e grande quantidade de gado onde hoje se localiza as cidades de São Miguel dos Campos, Anadia e Porto Calvo. No século seguinte a ocupação da região sertaneja é ocupada através do Rio São Francisco. A palma forrageira e o gado mestiço ajudam na formação da Bacia leiteira nos municípios do Sertão e novos tipos de capins e cruzamento de gados permitem sua expansão para o agreste e no final do século XX sua extensão alcança áreas tradicionais da cana de açúcar.

1.7 Elementos da Economia Urbana

Apresentamos nesta seção algumas considerações sobre o contexto da economia urbana onde destacamos que cada ramo de atividade econômica cria e condiciona a divisão territorial do trabalho na cidade a partir de suas características. Dessa forma, o diálogo que tratemos da economia urbana com o espaço urbano, seus agentes sociais, com suas funções e formas espaciais, a atuação do estado no espaço urbano, do desenvolvimento local, de uma economia popular e subterrânea trará uma ênfase na análise do presente estudo.

1.7.1 O espaço urbano

O processo de aglomeração da população em áreas urbanas⁵ pode ser medido pela ascensão da taxa de urbanização, que representa a proporção de pessoas que viviam em áreas

⁴ CARVALHO, op. cit.

⁵ O domicílio, segundo sua área de localização, é classificado como domicílio de situação urbana ou rural. Esta classificação tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, que é

urbanas. No Brasil a população urbana passou de 82,5%, em 2005, para 84,7%, em 2015, de habitantes de nosso país com tendência de aumento para as próximas décadas. Nos dias atuais, o espaço urbano se tornou o lugar da consolidação e de um processo de expansão do modo de produção capitalista, onde demonstra claramente uma convergência do lugar onde os investimentos de capitais são maiores, “ seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade”⁶.

Tal processo de urbanização dar-se de forma rápida no Brasil, caracterizado desde o início por uma combinação entre os processos de exclusão social e segregação espacial. Assim, reúne ações e intenções que atuam as sociedades sobre esses espaços urbanos que o cria e recria. O dinamismo, do mesmo, é efeito e causa das reações e ações empreendidas com ele e nele, e este se apresenta em sua dimensão social e histórica como *lócus* das ações da sociedade. Ao conceituar o espaço urbano expõe as forças atuante na sua dinâmica e configuração, sustentando que:

“o conjunto dos usos da terra justapostas entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.”⁷

Nesse sentido, enfatiza que a fragmentação e articulação ocorrem de forma simultânea, onde:

“cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Essas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associadas a operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos.”⁸

Neste sentido, percebe ligações existentes entre os espaços urbanos em que na sua essência congrega materialidade e imaterialidade, o que presume ações e relações envolvendo os agentes sociais, que o produzem e consomem, criando-o e recriando-o conforme suas

definido por lei municipal. Como áreas urbanas consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação das populações urbana e rural.

⁶ CORRÊA, ROBERTO LOBATO. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005, p. 6.

⁷ CORRÊA, op. cit., p. 7.

⁸ Ibid.

práticas. É nessa percepção, que o Conjunto Cleto Marques Luz, reconhece o papel de convergente dos Conjuntos Circunvizinhos.

Um fator preponderante das relações destas reproduções está onde, as áreas residenciais segregadas representam considerável processo de geração das relações de produção, constituindo nas diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de formação dos vários grupos sociais⁹.

Para o referido autor, o espaço é urbano: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”¹⁰, sendo a cidade o local onde várias classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve princípios, convicções e mitos criados nas sociedades de classes. O espaço urbano assume também uma divisão simbólica, variável segundo cada grupo social por este formado. Mais com a heterogeneidade dos espaços acaba gerando conflitos sociais, concluindo assim que a cidade também é objeto de lutas e conflitos sociais.

1.7.2 Agentes sociais do espaço urbano¹¹

A cidade capitalista se fragmenta e articula de forma desigual, expressando geograficamente sua estrutura de classes. A contínua mobilidade das relações sociais implica numa resultante dinamicidade do espaço urbano que por elas é estruturado por elas, mas também as influencia, dentro de um movimento dialético. O espaço urbano é gerado, formado, transformado, caracterizado pelos agentes ou atores sociais pertencentes a esta conformação ou nova dinâmica espacial que o mundo se encontra atualmente, tais agentes estão em cada parte do espaço são responsáveis por organizarem e reorganizarem a cidade. A relação entre os agentes se dá de forma intrincada e dinâmica, onde agem simultaneamente de forma contraditória e complementar, pois seguem a lógica capitalista que busca o lucro e a apropriação privada da terra urbana, mas ao mesmo tempo possuem interesses específicos.

Os atores presentes no contexto das cidades capitalistas, para Corrêa (2005) são¹²:

- (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado; e
- (e) os grupos sociais excluídos.

⁹ Ibid., p. 9.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Este subitem tem por base: Corrêa (2005).

¹² CORRÊA, op. cit., p. 12.

Estes agentes agem diante das normas e regras que estabelecem a ação deles mesmos, entretanto, um marco jurídico que os regulam. Cabe salientar, que este marco não é neutro, existindo uma relação na qual prevalece o interesse do agente que detêm uma dominação diante dos demais.

Diante das ações dos agentes frente às mutações – o fazer e refazer – nas cidades, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, podem ocorrerem estratégias diferentes assim como conflitos entre eles, apesar disso é fato que exista algo comum que os mantém unidos: ‘um deles é a apropriação de uma *renda da terra*’.

Contudo

[...] a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado [...] É importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe. [...] ¹³.

Os proprietários dos meios de produção, destacando-se os grandes industriais e das grandes empresas comerciais, necessitam de grandes espaços para desenvolver suas atividades. Deste modo, admite que a ‘terra urbana’ exerce um duplo papel funcional: ‘o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades’.

Os proprietários fundiários identificam-se pela busca de uma renda no uso de suas terras, em especial no uso comercial ou residencial, estes visam à transformação da área rural em urbana, em fim, o interesse maior está na utilização das terras como valor de troca, já que visam a sua conversão para área urbana, assim, não visam o valor de uso das terras.

Já os promotores imobiliários têm como função gerar um processo complexo que envolve um conjunto de ações e agentes. São os promotores imobiliários que compram o terreno, decidem a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio, quem vai construir o imóvel, a propaganda e para finalizar a comercialização ou transformação do capital mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros. Essas operações vão originar, assim, diferentes tipos de agentes, como também, grande diferença de atuação entre eles:

“Por outro lado, do ponto de vista da gênese do promotor imobiliário verificam-se enormes diferenças entre eles. Há desde o proprietário fundiário que se transformou

¹³ Ibid., p. 12-13.

em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial, que em momentos de crise ou ampliação de seus negócios cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária. Grandes bancos e o Estado atuam também como promotores imobiliários”¹⁴.

A ação do Estado ‘tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço’ esta ação complexa e variável é devido ao reflexo da dinâmica proporcionada pela sociedade. Em relação ao Estado, sua forma de atuação direta se dá quando ele assume o papel de “grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos¹⁵.

O papel assumido pelo Estado quanto promotor imobiliário, se dá através da construção das COHAB’S e outras formas de construção e financiamentos de Imóveis. O que se espera do Estado é sua atuação frente a implantação de serviços, que atendam às necessidades da maioria de sua população, de forma a proporcionar um sistema de iluminação, eixos viários, coleta de lixo entre outros, dentre outras demandas que o espaço urbano exige, tais como: leis e normas que facilitem a relação quanto ao uso do solo pelos seus habitantes.

O Conjunto Cleto Marques Luz teve o estado como promotor Imobiliário, sendo este, construído pela Caixa Econômica Federal, banco estatal que possui fundos financeiros para a Habitação.

Os grupos sociais excluídos tornam-se diferenciados perante a sociedade capitalista por não obterem acesso sobre bens e serviços que socialmente são alcançados. Tais diferenças presentes nas cidades capitalistas se talham expressivamente de maneira como está organizada, fracionada e como são destinados seus serviços. A moradia é de forma bem almejado onde seu acesso é rígido: a classe trabalhadora não pode ter acesso, ou seja, auferem de renda insuficiente para obter a compra de um imóvel. O que faz gerar um sintoma de exclusão com alto grau significativo não ocorrendo isoladamente. Nesta realidade, numa paridade que grupos excluídos enfrentam, estão ainda altas taxas de desalentados, desempregados, baixos índices de escolaridade, seguido também por um elevado índice de subnutrição.

O afastamento de determinados indivíduos faz com que obtenham moradias precárias situadas no centro da cidade – velhas residências que um dia já foram utilizados por famílias de alta classe e que agora se encontra degradada – os conjuntos habitacionais gerados pelo Estado

¹⁴ Ibid., p. 20-21.

¹⁵ Ibid., p. 24.

e a casa, situados em loteamento periférico, erguida por elaboração de projetos de construção. Muitas destas moradias construídas em loteamentos encontram-se carecida de serviços básicos com exemplos de: escolas, transporte, segurança pública, postos de saúde, saneamento básico.

Contudo, é na produção da favela, em terrenos públicos invadidos que:

[...] os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentes e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade¹⁶.

A observância desses fatores será abordada no capítulo 03, caracterizando os grupos sociais excluídos contemporâneos ao Conjunto Cleto Marques Luz.

1.7.3 Processos sociais: funções e formas espaciais¹⁷

Os processos sociais produzem a distribuição espacial, onde acumulação de capital e a reprodução social são variáveis chaves neste processo. As funções e formas espaciais geradas pelos processos sociais ‘criam atividades e suas materialização’. A presença Econômica no solo do referido Conjunto, é concretizada através dos estabelecimentos comerciais dispersos por todo o Conjunto Cleto Marques Luz e em sua principal Avenida: Vereador Dário Marsíglia.

As diversas variáveis que operaram em tempos passados são responsáveis pelo surgimento das formas sociais, geradas pelos processos sociais de outrora, desta maneira, as atividades e a população das cidades, localizam-se por hora de acordo com a manifestação destes processos sociais, assim, esta constatação permite que as cidades possuam a característica de ser mutável. Portanto, ‘os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade’.

São definidos os processos espaciais e as formas como sendo as seguintes¹⁸:

- (a) centralização e a área central;
- (b) descentralização e os núcleos secundários;
- (c) coesão e as áreas especializadas;
- (d) segregação e as áreas sociais;
- (e) dinâmicas espacial da segregação;

¹⁶ Ibid., p. 30.

¹⁷ Este subitem tem por base: Corrêa (2005).

¹⁸ CORRÊA, op. cit., p. 37.

(f) inércia e as áreas cristalizadas.

Pode-se perceber um processo de centralização realizado através dos promotores imobiliários, por meio de um grupo financeiro que está investindo num espaço antes não habitado, a perspectiva do surgimento do empreendimento imobiliário denominado *Shopping Pátio Maceió*. A polarização advinda da presença do mesmo vem ocasionando uma valorização imobiliária, onde se observa o loteamento no seu entorno, bem como, vislumbrando a expectativa do surgimento de um comércio moderno.

A ocorrência destes processos espaciais e formas, existirem ao mesmo tempo numa mesma cidade ou bairro, não sendo excludentes entre si. É possível perceber a presença desses processos e formas em nível de um conjunto, como é o caso do nosso objeto de Estudo. Deste modo:

[...] um processo de descentralização pode estar ocorrendo, originando, por exemplo, novos subcentros comerciais intraurbanos, ao mesmo tempo em que surgem novos bairros da elite, fortemente segregados: neste sentido pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si.¹⁹

O espaço econômico do Conjunto Cleto Marques Luz, de acordo como a avenida supracitada, possui uma característica de coesão e em relação aos pontos dispersos entende-se como segregados, visto que, desenvolvem atividades de menor importância econômica, mas que possuem grande representatividade para as classes menos favorecidas.

A área central é onde se encontra ‘as mais importantes atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada e os terminais de transporte’ de uma forma concentrada e se destaca na cidade por ser verticalizada. A descentralização e os núcleos secundários surgem por meio de uma gama de fatores, tais como: através das empresas que buscam eliminar as deseconomias de escala, causadas pela centralidade (várias empresas do mesmo ramo num mesmo espaço), qual resulta também, o surgimento de outros fatores que tornam as áreas que não são centrais atrativas, o que gera uma não rigidez locacional no espaço das cidades. Esta descentralização está ligada também:

[...] ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros. É necessário, no entanto que haja um mercado que justifique cada localização, bem

¹⁹ Ibid., p. 37.

como acessibilidade às filiais. A competição entre firmas comerciais pressupunha anteriormente uma localização central; agora, adicionalmente, várias localizações descentralizada.²⁰

Atualmente o crescimento populacional da capital alagoana, tem gerado dois setores distintos, de acordo com Carvalho (2016, p.17) são: a economia informal e a parcela marginalizada, visto que, se encontram nos bairros periféricos.

Esta descentralização se deu através do desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte, qual possibilitou o acesso destes as áreas periféricas com maior facilidade, tais como: carro, ônibus, caminhão entre outros. Ao se distanciarem cada vez mais da área central, muitas empresas se viram levadas a instalar filiais nos bairros. Vale salientar, que a presença de um mercado consumidor nessas áreas distantes, justificaram também a instalação dessas empresas. Esta evolução tecnológica também esteve presente no processo do espaço urbano de Maceió, especificamente no bairro Tabuleiro do Martins.

De acordo com Corrêa (2005, p.47-48):

[...] a descentralização torna o espaço urbano mais complexo, com vários núcleos secundários de atividades. Mais o significado dela é muito mais amplo. Para o consumidor, o aparecimento de núcleos secundários de atividades comerciais gera economias de transportes e tempo, induzindo a um maior consumo, o que é do interesse do capital produtivo e comercial.

Assim, o Conjunto Residencial Cleto Marques Luz surge como alternativa econômica e social aos seus moradores, bem como do seu entorno, pelo fato de agregar um grande número de estabelecimentos comerciais e uma forte presença da economia informal. Gerando uma economia as populações próximas, em virtude de demandar um menor tempo e dinheiro com transporte, quando estes moradores do próprio Conjunto e moradores do seu entorno buscam o Centro Comercial e de Serviços, formado pela Feira Livre e os vendedores de Rua, bem como os Estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte, onde estão aglomerados na Avenida estratégica, e de forma dispersa por todo o Conjunto.

No entanto, a descentralização faz desaparecer os estabelecimentos de menor porte, entendidos como ‘firmas de bairros’, devido à economia de escala pelas grandes firmas. Têm-se observado, este movimento ainda de forma prematura, já que, é percebida a presença de rede de supermercado e franquias de Farmácias. Ainda sim, pode-se dizer que a maior parte do Comércio do Conjunto Cleto Marques Luz é formada por firmas de Bairro.

²⁰ Ibid., p. 46.

O que gera este processo de descentralização é bastante complexo e seletivo, assim estão caracterizados por Corrêa²¹:

- (a) Seletividade em termos de atividades. Algumas descentralizam-se mais, como a indústria, enquanto outras são pouco propensas à descentralização, como a de direção dos negócios.
- (b) Seletividade em termos temporais. Em relação à indústria, descentralizam-se primeiramente aquelas que são consumidoras de espaço ou poluentes; no caso das atividades terciárias, aquelas que atendem demandas mais frequentes, como as exercidas pelos clínicos gerais, tendem a abandonar o centro anteriormente às atividades que atendem às demandas menos frequentes, como aquelas dos médicos especialistas.
- (c) Seletividade em termos de divisão territorial do trabalho. Atividades que comportam várias funções complementares, mas com demandas diferentes de espaço e capacidade distintas de pagar pela terra que ocupam, realizam uma descentralização seletiva: abandonam o centro, a fábrica e o depósito, ali permanecendo as sedes das empresas industrial e comercial.
- (d) Seletividade em termos de tamanho da cidade. A descentralização começa a se verificar a partir de uma dimensão urbana que, no entanto, pode variar em razão de peculiaridades do sítio urbano, do sistema de transportes, das funções urbanas e do nível de renda da população.
- (e) Seletividade em termos de território. Certos setores da cidade são mais procurados do que outros pelas atividades da Área Central; no caso das atividades terciárias os bairros habitados pela população de renda elevada tendem, em razão do alto nível de consumo, a receber primeiramente e em maior número as filiais de empresas comerciais do que os bairros populares; no caso da indústria verifica-se o contrário, havendo ênfase de relocalizações nas áreas populares, especialmente aquelas dotadas de grandes vias de tráfego.

No entanto, para efeito desta pesquisa serão abordados apenas dois tipos de seletividade: a de tamanho das cidades e de território, onde se busca compreender os processos que deram origem ao Centro Comercial e de Serviços do Cleto Marques Luz.

O comércio e os serviços inseridos na descentralização produzem um ‘complexo de núcleos secundários’, assim, em relação a Berry (1982 apud CORRÊA, 2005, p. 50), os descreve no quadro 01 abaixo.

²¹ Ibid., p. 49.

QUADRO 01 – OS NÚCLEOS SECUNDÁRIOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

<i>Forma</i>	<i>Função</i>	<i>hierarquizada</i>	<i>especializada</i>
<i>Áreas</i>		Subcentros: regional de bairros de bairro lojas de esquina	Não há fontes bibliográficas no documento atual. médicos distritos de diversões
<i>eixos</i>		rua comercial de bairros rua comercial de bairro	ruas de autopeças ruas de móveis ruas de confecções etc.

Fonte: CORRÊA, ROBERTO LOBATO. O Espaço Urbano. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005, p. 50.

O subcentro de bairro e de bairros possui as mesmas características do subcentro regional, só que com uma abrangência e oferta de produtos menor. É marcante a presença de filiais de lojas da Área Central, possuindo um número pequeno destas, onde estão presentes como ponto central destes subcentros de menor escala.

Considera-se o Conjunto Cleto Marques Luz como uma área hierarquizada de bairros. Esta classificação define com precisão a forma que está caracterizada o Centro Comercial e de Serviços do Cleto Marques Luz, definido por Corrêa como uma miniatura de núcleo central, possuindo uma gama complexa de lojas e serviços, com várias marcas, diferentes preços e produtos.

Neste panorama, o Centro Comercial e de Serviços do Cleto Marques Luz ultrapassa os limites do próprio bairro passando a atender assim aos Conjuntos circunvizinhos, assumindo o caráter dinâmico, dispondo de uma variedade de produtos que reflete o movimento macro dinâmico deste Centro Comercial e de Serviços.

O referido autor ainda faz duas considerações importantes sobre a hierarquia utilizada, sendo esta desenvolvida logo após a segunda Grande Guerra, quando se dá o surgimento dos centros de compras planejados ‘os *shopping centers*’, onde estes, localizam-se em espaços de fácil acesso pelo público alvo que estes empreendimentos propõem, ‘*status social elevado*’. A outra consideração refere-se a “estrutura comercial das cidades do Terceiro Mundo”, onde Milton Santos (1979 apud CORRÊA, 2005, p. 52) aponta a existência do “circuito superior da

economia” que está presente nas economias desenvolvidas capitalistas, no entanto, este circuito superior pode estar presente ‘na mesma rua’ ao mesmo tempo com o ‘circuito inferior da economia’, com os numerosos vendedores ambulantes que vendem uma gama cada vez mais de produtos industriais.

A presença deste circuito inferior no Conjunto Cleto Marques Luz será ampliada a sua descrição na parte final de nossa pesquisa. No entanto, se fazem necessários algumas considerações, onde Segundo Santos (2008):

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades.²²

Ainda de acordo com Santos, um número grande de empresas pequenas é responsável pelo comércio, esta atividade possui uma explicação geográfica e socioeconômica, a primeira refere-se ao aspecto locacional como vimos acima, e a socioeconômica, no sentido do consumo das populações pobres serem de forma irregular e pequena, fazendo com que eles supram suas necessidades aos poucos, ou seja, no dia-a-dia.

Ainda vale salientar de acordo com Santos, o estoque destes comerciantes quais estão condicionados a este fracionamento do consumo, o que os obriga a abastecer todos os dias em pequenas quantidades, acrescenta-se a este fato a não possibilidade de estocagem e conservação de seus produtos. Estes estabelecimentos são consumidores de um reduzido espaço.

Na verdade, às pequenas vendas é necessário acrescentar os tabuleiros nos mercados, os balaios das esquinas, as mercadorias que os mascates transportam na cesta, até os três ou quatro tabletes de goma de mascar que as crianças oferecem nas esquinas: a capacidade de uma mão aberta.²³

A condição dos artesãos não é diferente do exposto acima, que chegam a exercer suas atividades num mesmo espaço com outra atividade. Neste contexto, Santos ainda acrescenta em que sua análise os trabalhadores que exercem suas atividades em suas próprias residências, o que reflete em uma maior economia, mesmo na possibilidade deste comerciante possuir outro espaço para efetuar seus negócios. No caso dos artesãos, a fuga dos impostos. Já em relação às

²² SANTOS, M.. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 197.

²³ Ibid., p. 216.

mulheres, Santos discorre das benéficas que esta situação lhes dá, assim a possibilidade de exercer as tarefas do lar e ao mesmo tempo atividades de ‘lavado de roupa’ e costura, entre outras. Um aspecto negativo desta situação das mulheres é o elevado número de horas de trabalhos que são exercidos, em virtude da disponibilidade e do acesso que a clientela, pelo fato de sua grande maioria residir próximo.

Os vendedores de Rua, de acordo com Santos, fazem a ligação entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor, o mesmo autor ressalta a diferenciação entre os mascates e os verdureiros ambulantes, que se refere ao capital, onde para os verdureiros ambulantes é própria, já para os mascates a mercadoria é fornecida de forma a crédito através dos comerciantes. Da mesma forma que os artesãos, os vendedores de rua fogem dos impostos, apesar de todo estes, para Santos são dependentes de patrões que escondem, por comandarem

[...] microcadeias de comercialização, cujos agentes frequentemente são doentes, crianças e mesmo adultos. Pode-se distinguir, grosso modo, duas categorias de vendedores de rua: os que são mais ou menos sedentários, que têm seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros. Os mais sedentários, que têm seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros.²⁴

No circuito inferior é comum a existência do emprego familiar, devido aos encargos sociais não daria competitividade ao estabelecimento, de modo que, em algumas situações a demanda é flutuante dos produtos comercializados.

Em sua abordagem, Santos avalia que através do processo de modernização recorrente, faz com que a economia passe a concentrar-se mais, à medida que, o êxodo rural se amplia, com o emprego atualmente cada vez mais difícil a sua conquista, então surge como solução, estas atividades de tamanhos reduzidos.

“Um ponto que recebe um feixe de inovações corresponde a uma modernização está em posição de influência aqueles que não a possuem (...)”²⁵. Assim, o ambiente que é influenciado por uma modernização possibilita o acesso a bens e serviços antes não disponíveis para a população atingida. Nesta pesquisa, irá ser abordada esta questão sob a perspectiva da presença de empreendimentos possuidores de uma modernização, antes não acessível no Conjunto Cleto Marques Luz.

Temos na figura abaixo, para Corrêa uma forma mais ampla das formas espaciais que são derivadas da descentralização.

²⁴ Ibid., p. 219.

²⁵ SANTOS, M.. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014, p. 29-32.

IMAGEM 01 – DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAS ESPACIAIS DERIVADAS



Fonte: Reprodução de CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática, 2005, p.54.

Além de ser caracterizado como área hierarquizada de bairro, o mesmo, em relação à figura acima, é classificado como eixo comercial de bairro.

A organização do espaço intra-urbano é complexa, pelo fato das áreas especializadas além de estarem presentes na Área Central estão também em outros espaços espalhados por toda cidade, deste modo, além de encontrar esta coesão em áreas de centralização pode ser visto o processo de coesão em espaços descentralizados.

Em relação à coesão a as áreas especializadas, define-se o ‘processo de coesão’ como o ‘movimento que leva as atividades a se localizarem juntas’, pode-se observar este processo nas atividades em que:

- (a) Apesar de não manterem ligações entre si, como as lojas varejistas de mesma linha de produtos, formam um conjunto funcional que cria um monopólio espacial, atraindo consumidores, que têm assim a possibilidade de escolher entre vários tipos, marcas e preços. As ruas especializadas em móveis, autopeças, lustres e confecções no atacado são exemplos típicos de coesão de firmas de uma mesma linha de produtos.
- (b) Mesmo sendo de natureza distinta, estão localizadas juntas umas das outras, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a comprar outros bens que não faziam parte de seus propósitos. O comércio varejista do núcleo central, dos subcentros regionais espontâneos e dos *shopping centers* constituem exemplos de atividades dispostas espacialmente de modo coeso.
- (c) São complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções, companhias de seguros, bancos, sedes de

empresa e indústrias com ligações entre si tanto à montante (matérias-primas) como à jusante (mercado consumidor).

(d) Juntas criam economias de escala. É o caso das pequenas indústrias que sozinhas não teriam escala suficiente para atraírem outros industriais, produtores, por exemplo, de bens intermediários, firmas de serviços de reparação de máquinas, empresas de transporte etc. As pequenas indústrias da zona periférica do centro aí se localizam em razão das economias de escala que ali existem, e que elas, por estarem juntas, ampliam.

(e) Exigem contatos pessoais face a face. Tais atividades agrupam-se, como se exemplifica com as sedes das grandes empresas: neste caso a acessibilidade é fundamental²⁶.

A organização do espaço intra-urbano é complexa, pelo fato das áreas especializadas além de estarem presentes na Área Central estão também em outros espaços por toda cidade, deste modo, além de encontrar esta coesão em áreas de centralização pode ser visto o processo de coesão em espaços descentralizados.

1.7.4 Atuação do estado no espaço urbano

O papel desempenhado pelos Estados no domínio econômico variou consideravelmente, surgindo num momento que as relações sociais se tornam mais complexas e com grande intensidade, aliado a acontecimentos de ordem histórica como as duas grandes guerras mundiais e a crise econômica de 1929, pelo fato das condições de vida que fora um dos fatores para o advento das revoluções. O Estado Social, modelo político-econômico, que vigorou desde o século XX, foi concebido com a finalidade de corrigir os desequilíbrios gerados pelo modelo liberal. Tem se agravado ainda pela crescente complexidade do aumento das relações sociais como também as relações de trabalho, no período na Revolução Industrial, onde a ideia de direitos do homem e do cidadão já era difundida em várias direções nas constituições.

Assim sendo, sem a introdução dos elementos econômicos e os administrativos, buscaram-se o crescimento da atividade comercial, a expansão do capitalismo e da economia e a exploração de metais preciosos pela universalidade da troca mercantil, por esta forma, nascem novas relações políticas, sociais e econômicas que passaram a estimular o surgimento de outras formas de organização do Estado, com ênfase a questão econômica.

Isso reflete a incapacidade do Estado Absolutista e de seu sucedâneo, em resolver os problemas da época, tanto para as questões sociais crescentes como as econômicas. Tanto a Revolução Industrial como as duas Grandes Guerras acentuaram o descontentamento quanto à

²⁶ Corrêa, op. cit., 56-57.

ação do Estado, neste sentido um movimento intervencionista com investimentos pesados buscou solucionar os graves problemas que atormentavam a sociedade.

O Estado na busca de proporcionar garantias e oferecer oportunidades de negócios para sanar sua inaptidão às mais variadas demandas da sociedade, surgem as Parcerias Público-Privadas – PPP. Esta intervenção seria uma alternativa viável para alguns casos específicos para o desenvolvimento de Maceió.

Vale salientar que a análise dos processos e formas se configuram através da organização do espaço construído e de sua infra-estrutura, sob esta perspectiva, a presença do poder público no Conjunto Cleto Marques Luz. Atualmente, a Prefeitura Municipal de Maceió tem se mostrado deficiente as demandas do Conjunto. Nota-se que, com exceção da Avenida Vereador Dário Marsíglia, as demais ruas²⁷ encontram-se sem saneamento básico.

A necessidade da presença do poder público, como mediador dos conflitos entre os diversos grupos sociais é de suma importância. Sem embargo assiste-se a uma inegável retomada da formulação de políticas públicas sob o comando do Estado Nacional Brasileiro. As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que definiam autoritariamente metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social. No entanto, observa-se a existência de uma Associação de Moradores, como alternativa de representatividade para as demandas do Conjunto Cleto Marques Luz, o que demonstra uma comunidade politizada e carente quanto aos serviços públicos.

1.7.5 Desenvolvimento econômico e seus aspectos

O desenvolvimento de uma economia, segundo Costa (2006, p. 18) pode ser concebido, não só quando cresce o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, mas também pela melhora nos indicadores que retratam a ‘qualidade de vida e por alterações fundamentais na economia’. Fatores como incremento da força de trabalho, disponibilidade capital e inovações tecnológicas condicionam sua natureza e ritmo. Devido ao desenvolvimento, muitas nações saíram da condição de pobres e se tornaram potências em expansão. Os países que buscaram o desenvolvimento através da industrialização, visto que, o desenvolvimento dos países foi

²⁷ Parágrafo indicado, entende-se “rua” como Avenidas, Ruas e Travessas.

estudado a partir dos que buscaram a industrialização e os que não seguiram este caminho. Deste modo, as políticas adotadas nos países da América Latina mobilizadas pelos seus habitantes quais possuíam um ‘caráter revolucionário’, define-se, assim, a busca pelo desenvolvimento no pós Segunda Guerra Mundial. Assim, os governos passaram a adotar como prioridade a ideologia ‘desenvolvimentista’, qual gera um reflexo na mudança da estrutura, colocando em evidência o processo de ‘industrialização, no aumento da renda *per capita* e na taxa de crescimento do PIB’, quais buscavam em um curto prazo se equiparar aos países considerados desenvolvidos devido ao tempo perdido, objetivando ‘o nível de bem-estar e qualidade de vida’, para seus habitantes. O desenvolvimento não está restrito ao papel das abordagens econômicas, sendo ‘um processo multifacetado o que pressupõe, sobretudo mudanças qualitativas das relações sociais para sua efetivação’.

1.7.5.1 Desenvolvimento local

O desenvolvimento Local, para Caldas, Vaz, e Martins (2010) engloba uma perspectiva integrada do desenvolvimento, cria um potencial para que o efeito econômico chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política. O desenvolvimento de uma determinada região não se refere apenas com o crescimento econômico e sim com fatores que habitam com a melhoria da qualidade de vida e interagem com a preservação do meio ambiente. Dentro desse ponto de vista, nota-se a importância da comunidade e da economia local como fator primordial para se atingir o desenvolvimento econômico e social.

Ao abordar a perspectiva do desenvolvimento local, faz-se necessário definir o conceito de capital social. Para Putnam (1996 apud CALDAS; VAZ; MARTINS, 2010, p. 575) o capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar o desempenho da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva. Os grupos de pessoas que fazem parte do capital social possuem um raio de confiança, nos quais essas formas de cooperação são mais eficientes, produzindo efeitos positivos para os agentes envolvidos. O capital social tem função de reduzir custo, atendendo os fluxos econômicos tradicionais, associados a uma

padronização dos processos como contratos, hierarquias, burocracias, etc.; o que faz baixar os custos de transação²⁸ e elevar os benefícios aos agentes envolvidos de forma mais objetiva.

O capital social, para Margit Mayer (2003, p. 113, apud PEREIRA, 2007, p. 296) está intimamente ligado ao contexto urbano. Os problemas das cidades contemporâneas podem ser analisados através de instrumentos do capital social, especialmente porque a exclusão urbana possui hoje um caráter multidimensional, no qual exige novas políticas para a resposta da segregação urbana. O capital social constitui uma ferramenta importante nas pesquisas sobre revitalização urbana, sendo as redes comunitárias uma ferramenta de mobilização e participação local. Redes comunitárias são movimentos baseados em redes horizontais de reciprocidade e confiança, apresentando resultados positivos mesmo em áreas excluídas. Nesses aspectos, o capital social tem por finalidade aproximar ou conectar os movimentos urbanos contemporâneos.

A proximidade geográfica também é fator preponderante para o desenvolvimento local. Esta surge como o melhor contexto para facilitar a troca de conhecimento tácitos. As externalidades²⁹ de aglomeração são decorrentes da existência dessas entre indivíduos que pertencem ao mesmo espaço de relações, e por meio de interações compartilham o mesmo aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento da localidade. Ao interagir e compartilhar conhecimento, os indivíduos estão transmitindo ao mesmo tempo, seus valores, suas crenças e sua capacidade de criar coletivamente novos conhecimentos. Assim facilitando a integração face-a-face entre produtores, fornecedores e clientes.

1.8 Economia Popular

A Economia Popular possui uma relação estreita com as classes menos favorecidas, visto que, pode-se encontrar durante o longo período hegemônico e ainda atual do capital, qual gerou alguns processos de produção, o que não provocou o desaparecimento da Economia de Subsistência³⁰. A sobrevivência das classes mais pobres está ligada a atividade próprias, no qual se entende como Economia Informal.

²⁸ Os custos de transação podem ser vistos como aqueles não diretamente relacionados às formas pelas quais as transações econômicas são processadas.

²⁹ São atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, isto é, que têm efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidades de o impedir.

³⁰ DAL RI, N. M. (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999, p. 83.

Não se pode confundir a Economia Informal com a Economia Popular, visto que, como já abordado anteriormente a Economia Informal, é entendida nesta pesquisa, através do processo e a situação dos agentes quais são responsáveis pela produção, e ainda pelas relações existentes entre o ambiente que o mesmo participa, estando neste sentido à margem da economia de mercado, visto que, os custos da mensuração de suas atividades não lhes permitem a formalização.

Já a Economia Popular para as pessoas envolvidas que se dedicam a atividades econômicas na maioria dos casos não se têm a relação de assalariamento, o que os torna condicionados as suas próprias provisões para a perpetuação dentro da atividade em que está desenvolvendo, sendo atividades formais ou informais, estando presentes no âmbito comunitário ou doméstico, existindo desta forma, um fator preponderante, que são os laços cultural, afinidade e vizinhança³¹. Os mesmos não buscam a maximização dos lucros, e sim perseguem um lucro social, que não estão dissociados por completo do mercado capitalista, visto que, mantêm uma relação com este, existindo deste modo um controle no qual busca satisfazer as necessidades de uma forma auto-sustentável, o que lhe confere a não dependência de redes filantrópicas³².

No entanto, é observada outra definição para Economia Popular, assim Carvalho (2016) entende esta, como uma vertente da economia urbana, empenhada em compreender a dinâmica de bairros, feiras, redes de empreendimentos associados, núcleos produtivos, produção familiar e outras expressões que caracterizam a vida econômica dos bairros periféricos das cidades, do sistema produtivo dos segmentos mais pobres da população (segmentos de consumo D, E, F, G e H) na classificação das instituições de pesquisa.

QUADRO 02 – CLASSE SOCIAL POR FAIXA DE RENDA

FAIXA	RENDA
A	Mais de 20 salários mínimos
B	Mais de 10 a 20 salários mínimos
C	Mais de 5 a 10 salários mínimos
D	Mais de 3 a 5 salários mínimos
E	Mais de 2 a 3 salários mínimos
F	Mais de 1 a 2 salários mínimos
G	Até 1 salários mínimos

Fonte: SOARES, Marden; MELO SOBRINHO, Abelardo.. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

³¹ Ibid., p. 76.

³² Ibid., p. 77.

As observações sobre os aspectos econômicos do Estado de Alagoas se tornou uma das mais próximas à realidade alagoana, através das transferências federais, qual vem proporcionando um dinamismo a economia local fortalecendo o consumo e conseqüentemente a produção, fato este sendo observado nos bairros periféricos³³.

Diante das perspectivas teóricas mencionadas acima, para Barbosa (2018, p. 98) destaca distintas características, inserida na economia popular, de empreendimentos onde:

- possui lastro com um território;
- possui lastro com uma cultura situada;
- é voltada para a reprodução e acumulação das famílias;
- opera com técnicas de produção intensivas em trabalho;
- está ligada a uma rede regional;
- pode abarcar setor formal ou informal;
- pode abarcar trabalhador autônomo ou empresa – individual, cooperativa ou patronal.

1.9 Economia Subterrânea

A economia subterrânea para Rossetti (2010) é um ramo da economia que busca estudar algumas atividades que são legalizadas e as que não são legalizadas³⁴. Assim, atividades efetivamente exercidas pela sociedade que são consideradas como desejáveis mais que não são legalizadas e as atividades efetivamente exercidas pela sociedade que ‘não’ são consideradas como desejáveis, as ilegais. Porém, ambas proporcionam uma dinâmica econômica. No entanto não são computadas nos agregados macroeconômicos, ficando fora dos produtos gerados pela sociedade.

De acordo com Rossetti as atividades consideradas como almejados, porém não legalizadas são: educação complementar dos filhos, lavagem de roupas, cuidado com a casa, entre outros; e as que não são consideradas como desejáveis, os ilegais: os bens, “maconha, cocaína, alucinógenos” e outros, e os serviços: “jogos de azar, agiotas, prostituição, comércio de produtos contrabandeados”³⁵.

³³ CARVALHO, C. P. O.. **Economia popular - uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 7. ed. 2016.

³⁴ ROSSETTI, J. P.. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 573.

³⁵ Ibid., p. 574.

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA 7ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MACEIÓ, DO BAIRRO TABULEIRO DO MARTINS E DO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ

Nesta seção serão abordados os aspectos urbanos do município, bairro Tabuleiro do Martins e do Conjunto Cleto Marques sendo este o objeto de pesquisa deste trabalho, posteriormente, será apresentado as influências da economia urbana nas comunidades circunvizinhas.

1.10 Aspectos Urbanos

Ocorre num engenho de açúcar a predominância de um povoado que daria origem a Maceió. Anteriormente a sua criação, em 1609, residia na Pajuçara o senhor conhecido como Manoel Antônio Dura, onde ocorria o recebimento de uma sesmaria de Diogo Soares, Governador de Santa Maria Madalena.

As terras adquiridas foram separadas a outros interessados e em 1663 foram construídos fortes, determinado pelo rei de Portugal ao Visconde de Barcelona, localizado no porto de Jaraguá o que viria a prevenir o comércio do Pau Brasil de forma ilegal.

Maceió vem da denominação, pelas tribos de povos tupi, ‘Maçayo’ ou ‘Maçaiok’ tendo seu significado ‘o que tapa o alagadiço’. Existia uma capelinha, para o povoado que homenageava a nossa Senhora dos Prazeres, construída hoje com a presença da igreja matriz, localizado na praça Dom Pedro II. Com o trabalho empenhado pelo porto de Jaraguá embalou o povoado ao desenvolvimento havendo uma separação da Vila das Alagoas, no momento em que D. João VI aprovou o alvará régio.

No ano de 1839, com processo de emancipação política de Alagoas, o Governador Sebastião de Melo e Póvoas inicia a transferência da capital para Maceió, o que sofrera por um processo tumultuado encontrando resistência por partes dos políticos e da câmara Municipal. Foram enviadas das tropas militares, tanto de Pernambuco como o da Bahia, para manter a ordem em Maceió e em 16 de dezembro de 1839 instalou-se a nova sede do governo em Maceió, o que lhe daria a consolidação de seu desenvolvimento político e administrativo.

E como descrito anteriormente por Corrêa às relações espaciais dirigem-se para a área central, deste modo, em Maceió não foi diferente em sua expansão urbana que se originou de

forma acelerada “nas áreas praieiras, no patamar do tabuleiro (atual centro da capital) e próximo à lagoa”³⁶.

Ainda de acordo com os referidos autores, no século XIX processa-se o alargamento de algumas ruas e surgem outras, assim sendo, em meados da década de 30 Maceió expande alargando suas áreas como os “bairros do Farol, Pajuçara, Mangabeiras, Alto de Sta. Cruz (atual bairro do Jacintinho) e Planalto da Jacutinga”³⁷, sendo este processo de expansão se perpetuando nas décadas subseqüente.

Quanto aos espaços de circulação, permanecem os mesmos da época de Melo e Povoas contemporâneos do século XIX, “que através dos anos comportaram: as carroças e carros de boi, o bonde, o trem, o automóvel ou apenas o transeuntes dos calçadões de hoje em dia”³⁸.

Deste modo, é verificado o processo de mutação ocorrido na capital alagoana, assim, como citado por Corrêa a existência no espaço urbano da característica de mutabilidade, pode-se identificar com maior clareza quando Maceió se transforma “estruturando novos bairros, adquirindo novos usos e funções para o espaço urbano”³⁹.

Nos últimos anos pode-se perceber através da postura do poder público, o surgimento de instrumentos que se preocupam com o desenvolvimento urbano de Maceió, tais como, o Plano Diretor e a criação das Regiões Administrativas.

Assim sendo, o Plano Diretor institui em seu Título 1 – DA CONCEITUAÇÃO, DAS PREMISSAS E DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 2. O Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Maceió, aplicável a todo o território municipal e referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam no Município.

Parágrafo único. Em consonância com os objetivos gerais do Plano Diretor, são temas prioritários em Maceió:

- I – Sistema Produtivo;
- II – Meio Ambiente;
- III – Mobilidade;
- IV – Política Habitacional;
- V – Uso e Ocupação do Solo;
- VI – Organização Institucional.

³⁶ OLIVEIRA, André dos Santos; NASCIMENTO, Cleir Silva do.. **Jacintinho: o retrato de uma comunidade.** 2005, 60 f. Monografia (graduação em História – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, 2005.

³⁷ Ibid.

³⁸ OLIVEIRA; NASCIMENTO, op. cit., p. 15.

³⁹ Ibid., p. 20.

Pode-se verificar esta preocupação com o desenvolvimento urbano, onde é salientado em seus objetivos gerais. Deste modo, o poder municipal tem buscado atender as necessidades da população alagoana e sua interação com o espaço urbano.

A criação das Regiões Administrativas de Maceió se deu no ano de 1993, na administração do então prefeito Ronaldo Lessa, que tinha como título Programa Especial de Regiões Administrativas com o propósito de reformular a relação da população com a Administração Pública Municipal. Em 1995 foi transformada em Coordenadoria Municipal das Regiões Administrativas (CMRA), atendendo a um novo modelo político-administrativo denominado Descentralização, ou seja, buscava dar uma nova configuração da relação do poder público municipal e a população maceioense. O Processo de descentralização político-administrativa propõe mudanças socioculturais e territoriais, no qual enfatiza a participação popular nas decisões deliberadas pelo município, como também, articular as ações das diversas secretárias, com o intuito de garantir a qualidade na prestação de serviços à comunidade.

No ano de 2000, com a reforma Administrativa Municipal a CMRA passou a ser a Secretaria Municipal de Coordenação das Regiões Administrativas (SEMCRAS), por meio do Decreto 6.057, de 02 de janeiro de 2001, qual buscava:

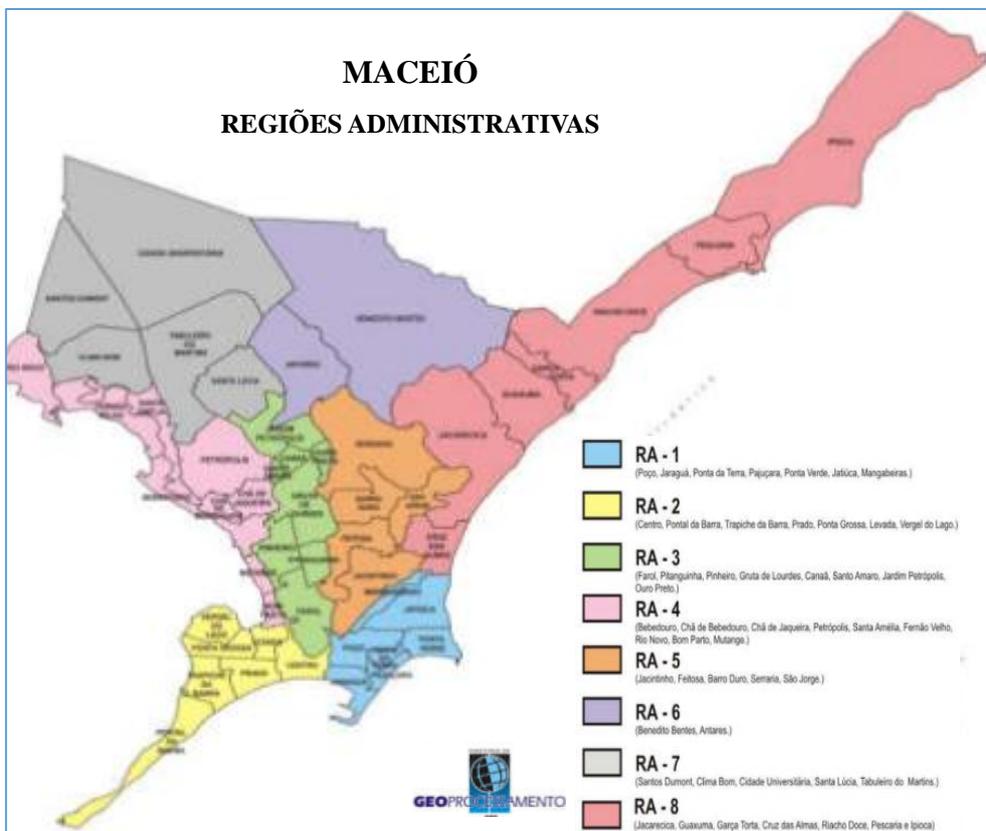
[...] coordenar e organizar as ações de descentralização administrativa; acompanhar e avaliar as demandas sociais; articular-se com os demais órgãos e entidades municipais para atendimento das demandas sociais; elaborar, coordenar e fiscalizar o orçamento cidadão; coordenar e organizar as ações de intercâmbio municipal; e organizar os programas de promoção das comunidades.

Como na época Maceió possuía uma população de 796.842 habitantes, essa descentralização se deu com a criação de 07 Regiões Administrativas, onde as atividades são concretizadas através dos programas: Orçamento Cidadão, Descentralização Administrativa, Atividades Culturais e de Lazer e Desenvolvimento Comunitário. A Lei 5.486, de 30 de dezembro de 2005, aprova o Plano Diretor de Maceió o que estabelece 08 regiões administrativa.

O Espaço Urbano da cidade de Maceió possui 511 quilômetros quadrados, representando 1,87% do território alagoano, limita-se com os municípios de Coqueiro Seco, Flexeiras, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. A organização Espacial da Cidade possui 50 bairros distribuídos em sete Regiões Administrativas: Região Administrativa 1 (Poço, Jaraguá, Ponta da Terra, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, Mangabeiras); Região Administrativa 2 (Centro, Pontal da Barra, Trapiche da Barra, Prado, Ponta Grossa, Levada e Vergel do Lago); Região Administrativa 3 (Farol,

Pitanguinha, Pinheiro, Gruta de Lourdes, Canaã, Santo Amaro, Jardim Petrópolis, Ouro Preto); Região Administrativa 4 (Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã de Jaqueira, Petrópolis, Santa Amélia, Fernão Velho, Rio Novo, Bom Parto, Mutange); Região Administrativa 5 (Jacintinho, Feitosa, Barro Duro, Serraria, São Jorge); Região Administrativa 6 (Benedito Bentes e Antares); Região Administrativa 7 (Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Santa Lúcia, Tabuleiro do Martins); Região Administrativa 8 (Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Cruz das Almas, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca).

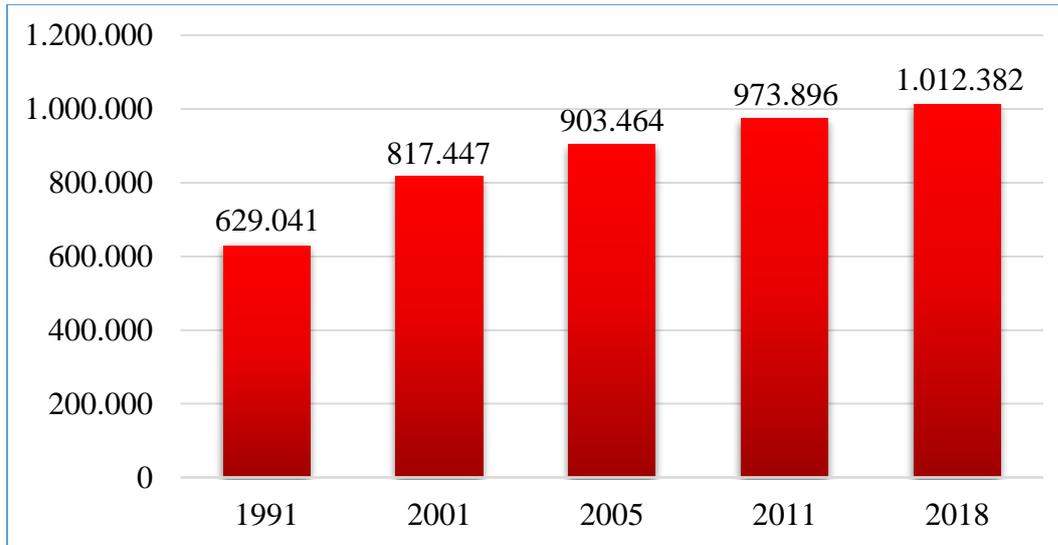
IMAGEM 02 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE MACEIÓ



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Hoje Maceió conta com uma área de 509,320km² de extensão e com uma estimativa de sua população em 2018, segundo IBGE de 1.012.382 habitantes, o que responde aproximadamente 30,46% da população alagoana. Devido ao crescimento populacional da capital a adoção de instrumentos de planejamento público tem facilitado os gestores, abaixo no Gráfico 01, apresenta-se o crescimento populacional da capital de 1991 a 2018.

GRÁFICO 01 – MACEIÓ CRESCIMENTO POPULACIONAL



■ Crescimento Populacional

Fonte: IBGE / Tratamento de dados elaborados pelo autor

A Sétima Região possuía uma população estimada de 238.680 residentes, em 2010, e o bairro de Tabuleiro do Martins responde por 27,13% da Sétima Região Administrativa em valores absolutos correspondente a 64.755 do número de habitantes da referida região, o seu entorno considerando a Sétima Região apresenta uma população residente na ordem de 238.680, o que representa 25,59% de toda a população maceioense. Já em 2017 a Sétima Região Administrativa, compreendido dos 05 bairros, comportou 268.739 habitantes, representando, aproximadamente, 26,5% da população do Município de Maceió.

Dados originárias da Secretária Municipal de Planejamento – SEMPLA e a Secretária Municipal de Controle e Convívio Urbano – SMCCU e informações transmitidas através dos código de urbanização da cidade, plano diretor, zoneamento urbano e mapas das regiões administrativas de Maceió faz com que a capital possua oito regiões administrativas, onde maior partes dessas regiões está inserida na parte alta da cidade o Tabuleiro, o que inclui os seguintes bairros: Tabuleiro do Martins, Santos Dumond, Santa Lúcia, Clima Bom, Cidade Universitária (RA07) que no mesmos espaços encontram-se conjuntos, favelas, grotas e outros. Os agentes sociais que atuam nessas regiões administrativas, deixando suas marcas e destaca suas atuações, geram transformações na extensão territorial e também na sua composição do espaço urbanístico provocando assim impactos sociais e o seu entorno como também numa área urbana. Novos empreendimentos são lançados na localização do tabuleiro para o atendimento da demanda local, geração do emprego e da renda de forma direta para famílias que ali residem ocasionando um fluxo circular do comércio, pavimentação de ruas tornando valorizado seu

espaço trazendo modificações da estrutura e arranjo da paisagem urbana, as aplicações de recursos em projetos imobiliários, garantindo a expansão do entorno dessas regiões ou área administrativa e até mesmo da própria região. Está mais presente a utilização de recursos através de agências financiadoras de créditos em que o capitalismo proporciona como a lei da procura e da oferta, auferindo a lucratividade das empresas que vivem desse negócio e de quem faz de valor o uso da terra, facilitando e beneficiando compra de imóvel, através do minha casa minha vida, onde o poder do Estado se torna presente para a realização de políticas públicas que potencializam as ausências do capitalismo.

Além desses fatores, promoveram a revitalização do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante que agora se denomina Pólo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante, com entrada de novas indústrias sendo elas: ULTRACOPOS, ULTRAPLAT, COPRA COCO, CIAL entre outros. Outras empresas alocadas próximos têm sua participação na modificação da paisagem da área como a empresa CONVIVER – multinacional representante da Coca-Cola refrigerantes.

IMAGEM 03 – PARTE ALTA DA CIDADE DE MACEIÓ - TABULEIRO



Fonte: Google Earth; Editada: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

A dinâmica socioeconômica da cidade vem sendo alvo de transformações, com a expansão urbana, através de implantação de loteamentos e conjuntos residenciais.

A população de baixa renda reside em sua maioria nas favelas e aglomerados no que acometem numa diversidade de fatores de riscos, além de promoverem situações negativas de ordem social. A Sétima Região Administrativa é carente e desprovida de áreas de lazer, pavimentação e saneamento básico. No referente às demandas da população ali residente, listase: patrulhamento, desobstrução de galerias, coletas de lixo, iluminação, aterros, limpeza de áreas, denúncias de loteamento irregulares, solicitação de áreas públicas para construção de templos religiosos, solicitação de Serviços de Segurança Pública e melhorias no acesso a saúde e educação.

O objeto de pesquisa a ser estudado está situado na sétima região administrativa, onde encontra-se dividida em 05 áreas de abrangência, sendo elas: Cidade Universitária, Clima Bom, Santa Lúcia, Santos Dumont e Tabuleiro do Martins. Este último possui os seguintes conjuntos habitacionais: Salvador Lyra, Morada do Bosque, Morada dos Palmares, Conjunto João Sampaio, Morada Nova, Bosque das Palmeiras, Bernardo Oiticica, Germano Santos, Rancho Bom, Village do Farol, Tabuleiro Novo, Dubeaux Leão, Pouso da Garça e o Conjunto Cleto Marques Luz, objeto de nosso estudo.

IMAGEM 04 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ



- ↔ AV. DURVAL DE GÓES MONTEIRO
- CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ

Fonte: Google Earth; Editada: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

Nesta pesquisa destaquemos espaços relevantes para a caracterização econômica, sendo eles: Rua Zacarias Fontan de Melo e João Monteiro da Silva, onde localiza-se a Feira Livre; Avenida Vereador Dário Marsíglia, principal avenida.

IMAGEM 05 – PRESENÇA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS NO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ



- ↔ AV. DURVAL DE GÓES MONTEIRO
- AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA
- FEIRA LIVRE DO CLETO MARQUES LUZ

Fonte: Google Earth; Editada: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

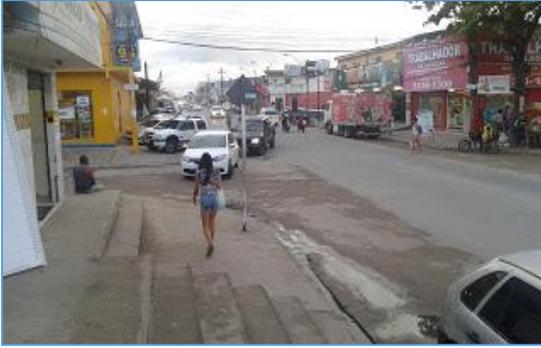
IMAGEM 06 – LOCALIZAÇÃO DA FEIRA DO CLETO MARQUES LUZ



- Feirinha do Cleto Marques Luz

Fonte: Google Earth; Editada: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

FOTO 01 – Av. VER. DÁRIO MARSÍGLIA



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

FOTO 02 – Av. VER. DÁRIO MARSÍGLIA



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

FOTO 04 – Rua ZACARIAS FONTAN DE MELO



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

FOTO 03 – Rua ZACARIAS FONTAN DE MELO



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

1.11 Aspectos Históricos do Bairro de Tabuleiro do Martins e Conjunto Cleto Marques Luz

Fundado em 1911, o bairro de Tabuleiro do Martins está localizado na cidade de Maceió, Alagoas, mais precisamente na parte alta, mantendo uma estimada área de 8,5Km², com sua predominância na sétima Região Administrativa, Zona Oeste do Estado.

Surgindo a partir de um sítio do casal João Martins de Oliveira e Stella Cavalcante de Oliveira, vivendo juntos por 51 anos, tendo 10 filhos. Atendendo a pedidos de amigos e parentes, foram erguidas casas dentro do sítio onde os ocupantes não pagavam aluguel devido a sua caridade e amizade, a ocupação se deu rapidamente e logo já se tinha algumas ruas delineadas em suas terras até se tornar o maior bairro da capital. Foram surgindo, agências bancárias, supermercados, vários mercadinhos, escolas, posto de saúde, ruas foram surgindo e

um *Shopping Center*, além de uma movimentada feira livre. O bairro ampliou-se, desde a década de 1960 alguns fatos contribuíram para o desenvolvimento como a criação do distrito industrial Luis Cavalcante, a implantação do campus da Universidade Federal de Alagoas. Na década de 1970 a Companhia Habitacional de Alagoas (COHABE), iniciou a construção de conjuntos habitacionais em bairros mais afastados do centro da capital, em busca de preços e terrenos mais baratos que pudessem compensar o preço de venda, esses conjuntos foram destinados a classes de mais baixa renda. Conjuntos residenciais que, através de algumas casas comerciais, criam uma economia popular diante de uma crescente expansão urbana. Um desses conjuntos habitacionais é o Cleto Marques Luz, objeto de estudo deste trabalho.

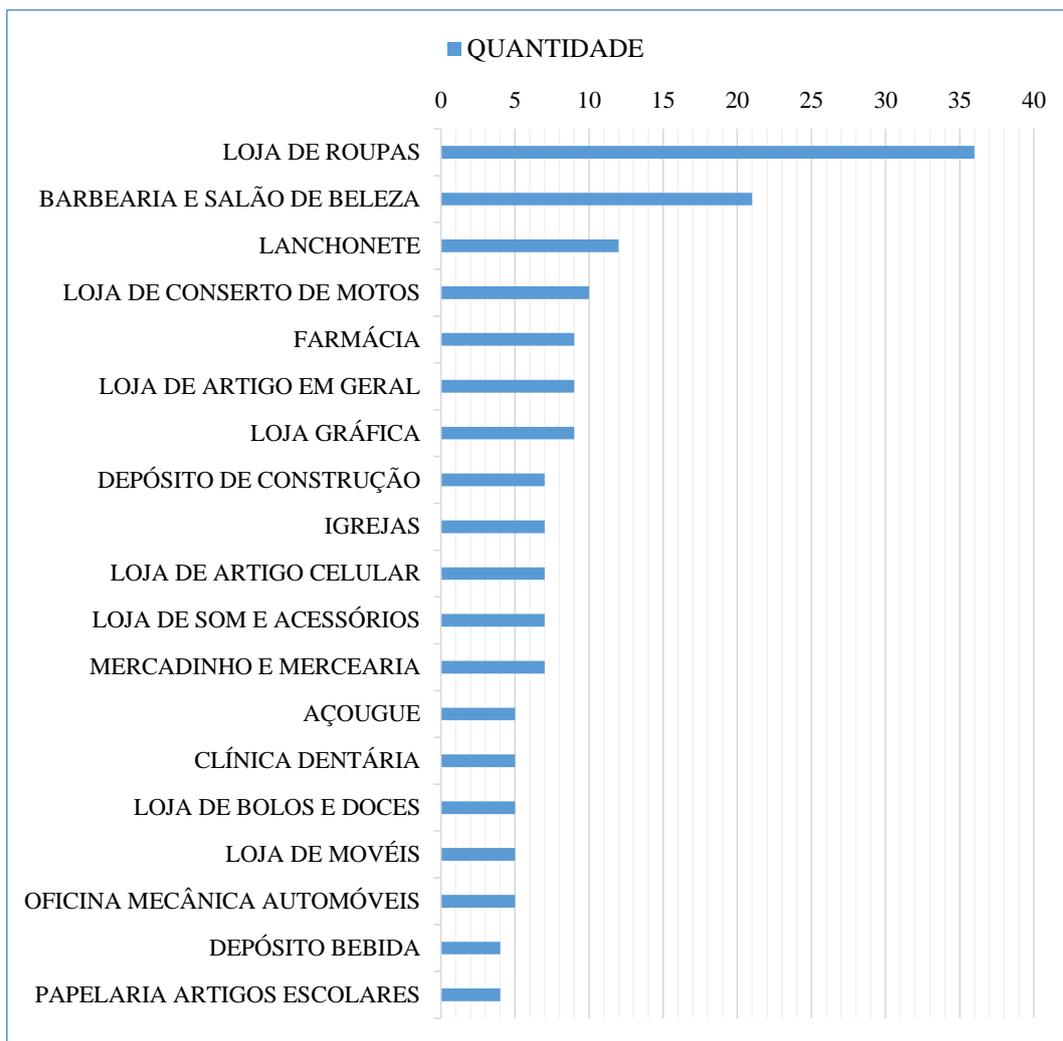
No bairro de Tabuleiro do Martins descobre-se as maiores jazidas de petróleo, atuando na exploração e produção pela petrolífera Petrobrás. O bairro ganhou uma loja de uma grande rede de supermercado, o Gbarbosa e instala-se na região a Tupan e Distac, lojas de materiais de construção e distribuidoras. No bairro encontra-se pequenas empresas, que se alastram por seu entorno, mas, as grandes empresas com maior notoriedade e escala tornam sua presença forte. Uma das vias principais é a Avenida Dário Marsíglia, com seus 2Km de extensão compreendendo de comércio e servindo como rota para bairros circunvizinhos.

Contudo, a falta de planejamento ocasionou dentro da capital alagoana, problemas comuns a maioria das cidades de médio e grande porte brasileiras, como a violência urbana, provocada em grande medida pelo alto grau de marginalização da população, e outros fatos derivados à infraestrutura, como falta de água e energia, ausência de saneamento básico ou coleta de lixo eficiente. A combinação destes fatores provocou o desenvolvimento de doenças e o surgimento de diversos aglomerados subnormais. Refletindo uma urbanização não planejada, que não foi capaz de evoluir na mesma proporção do crescimento populacional. O processo de urbanização, que gerou o grande aumento da população citadina impulsionou o crescimento da informalidade no Estado, como forma de sobrevivência, diante da falta de oportunidade de emprego e das baixas condições de vida do lugar. Grande parte dos moradores de Maceió se dedica a economia informal, principalmente os localizados nas regiões periféricas da Cidade.

1.12 Comunidades Circunvizinhas e as Influências da Economia Urbana

Os estabelecimentos comerciais presentes na principal avenida que dá acesso ao Conj. Cleto Marques luz, Av. Vereador Dário Marsíglia, se verificou, numa Observação Direta, um total de 256 pontos comerciais dispersos na avenida. Analisando o gráfico 02, é notável o setor de serviços sendo este o mais expressivo dentre todos os estabelecimentos observados.

GRÁFICO 02 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAIS COM MAIOR PRESENÇA (AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA)



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

Destacando-se as lojas de roupas, barbearia e salão de beleza, lanchonetes, loja de conserto de motos, farmácia, entre outros apontados no gráfico acima. Outros estabelecimentos presentes na principal avenida estão postos no Quadro 03 abaixo.

QUADRO 03 – OUTROS ESTABELECIMENTO COMERCIAIS (AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA)

ESTAB. COMERCIAIS	QUANT.	ESTAB. COMERCIAIS	QUANT.	ESTAB. COMERCIAIS	QUANT.
BORRACHARIA	3	ACADEMIA	2	AUTO ESCOLA	1
CHAVEIRO		BARES		DISTRIBUIDORA DE VESTUÁRIO	
LAN HOUSE E GAMES		CLÍNICA MÉDICA		DISTRIBUIDORA PERFUMARIA	
LOJA BICICLETA		CLÍNICA VETERINÁRIA		ESCRITÓRIO JURÍDICO	
LOJA DE ARTIGO MODA PRAIA		DEPÓSITO DE GÁS		FLORICULTURA	
LOJA DE ELETRÔNICA		ESCOLA		FUNERÁRIA	
LOJA DE SAPATOS		GALETERIA		LOJA AGROPECUÁRIA	
LOJA LATICÍNIOS		LOJA ARTIGO BEBE E CRIANÇA		LOJA DE ARTIGO ANIMAL	
PANIFICAÇÃO		LOJA DE INFORMÁTICA		LOJA DE BIJOUTERIA	
PIZZARIA		LOJA DE MODA ÍNTIMA		LOJA DE MATERIAIS ELÉTRICOS	
RESTAURANTE		LOJA DE VIDRAÇARIA		LOJA DE ÓCULOS	
SERRALHERIA		MERCADO AVÍCOLA		LOJA DE PRODUTOS CABELEREIRO	
SORVETERIA		SUPERMERCADO		LOJA DE REFRIGERAÇÃO	
		LOJA ESTOFADOS			
		LOJA ARTIGO ESPORTIVO			
		POSTO DE GASOLINA			
		SEGURADORA			

Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

A existência da Avenida Vereador Dário Marsíglia, onde se apresenta estabelecimentos tanto no setor de serviços e comércio, há de se configurar um circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, mantendo relações privilegiadas com a região. Assim, dão margem para que a população local e do seu entorno sejam favorecidos pelos estabelecimento e/ou empreendimento, que atuam nos mais variados ramos da atividade econômica.

De todas as ruas do conjunto, sendo elas observadas, é notório a presença de alguns estabelecimentos comerciais em aproximadamente 33 das 60 ruas. A expressão do comércio das ruas e avenidas, diante de uma manifestação variada, decorre por um estudo da economia popular, conceituada por discussão da economia urbana, empenhada em compreender a dinâmica de bairros e feiras, como também da Economia Subterrânea. A configuração econômica das ruas e avenidas é notada a partir dos: Estabelecimentos Comerciais e de Serviços dotados de uma estrutura física, compreende-se, como os estabelecimentos comerciais que estão edificadas, com base em Alvenaria e, Vendedores de Ruas Fixos, compreende-se, como o local onde os vendedores das avenidas e ruas expõem seus produtos em bancas, tendas com mesas e cadeiras, veículos artesanais, carroceria, porta-malas de veículos e carros-de-mão.

FOTO 05 – VENDEDOR DE RUA FIXO



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

FOTO 06 – VENDEDOR DE RUA FIXO



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

Prestadores de serviços e Vendedores de Ruas Móveis, são estes os vendedores que transitam pelo Conjunto Cleto Marques Luz, possuem características conduzidas pelo conceito de economia subterrânea em que são diretamente exercidas pela sociedade logo, são consideradas como desejáveis mais que não são legalizadas. Estão classificados no setor de serviços informais: Bike sound e Moto sound, Moto entrega e os demais compreendem-se no comércio varejista informal: Bike Entrega, Bike Lanche, Bike Pirata DVD/CD, Carro Hortifruti e, ambulante de Amendoim.

FOTO 07 – VENDEDOR DE RUA MÓVEL



Fonte: Tratamento elaborado pelo próprio autor, 2019.

FOTO 08 – VENDEDOR DE RUA MÓVEL



Fonte: Tratamento elaborado pelo próprio autor, 2019.

De uma influência nas comunidades circunvizinhas surge a ligação entre os espaços urbanos (conjuntos adjacentes) onde através da utilização de carro, ônibus, caminhão entre outros, possibilitou o acesso as áreas periféricas com facilidade. No Conjunto Cleto Marques Luz, ocorre diariamente uma migração com grande número de pessoas, dos conjuntos em seu

entorno. O que se espera uma mudança no comércio local, com a presença de um público cada vez mais agregada na utilização dos empreendimentos comerciais e de serviços localizados no conjunto.

A PRESENTE DINÂMICA DA ECONOMIA NO CONJUNTO CLETO MARQUES LUZ

Para melhor entendimento dos resultados e da análise dos mesmos, esta seção está dividida em três partes. A primeira se destina a uma fundamentação da informalidade presente no bairro de Tabuleiro do Martins assim como no Conjunto Cleto Marques Luz. Enquanto a segunda e a terceira, apresentam os resultados e discussões sobre os principais pontos encontrados dos feirantes e consumidores.

1.13 Economia Informal no Bairro de Tabuleiro do Martins

Como já mencionado na seção terciária 2.2.1 deste trabalho, o Bairro de Tabuleiro do Martins sofreu e ainda sofre mudanças para seu desenvolvimento econômico, com o surgimento de jazidas de Petróleo, supermercados, distribuidoras, lojas de materiais de construções, o que faz de o bairro possuir estabelecimentos comerciais formais. Mas o processo de urbanização em conjunto com o crescimento da população, impulsiona cada vez mais o crescimento da informalidade no Estado. Santos (2008) pontua esse quadro enquanto relacionados com as condições no espaço urbano, sendo que:

Com a presença de um aglomerado de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência dos dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços⁴⁰.

Tornam-se expressões das divisões territoriais do trabalho nas regiões e que se faz presente uma extrema relevância, pois se acentuam trabalhadores considerados “informais”, no que só faz acrescentar as dívidas sociais num processo acelerado de urbanização, exacerbando

⁴⁰ SANTOS, M.. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 37.

a concentração de renda e desigualdades sociais. Santos (2008) ainda observa, por meio dessas condições, dois tipos de circuitos presentes na economia urbana, onde:

Um dos dois circuitos é o superior resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. Já o circuito inferior é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas⁴¹.

Com o advento das relações de trabalho vulneráveis e o surgimento do autoemprego, onde estão pessoas com grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou no desejo de alavancar sua renda, alguns indivíduos passam a recorrer ao comércio de produtos, diretamente ao consumidor, em logradouros públicos, de forma fixa, tendo ou não a permissão oficial pelo espaço ocupado para a obtenção necessária de uma renda própria para sua subsistência.

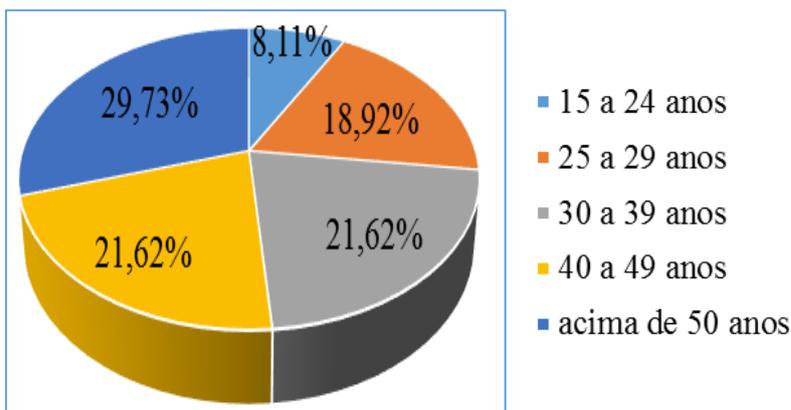
1.14 Os Feirantes da Feira Livre do Cleto Marques Luz

A Feira Livre do Cleto Marques Luz funciona normalmente seis dias da semana (segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado) que envolve a participação direta de feirantes que oferecem os mais diversos e variados produtos: frutas, verduras, legumes, tubérculos, peixes, condimentos, brinquedos, etc. utilizando cerca de 620 m². Os feirantes competem com outros agentes de intermediação, como supermercados, mercadinhos, quitandas e hortifruti.

Com base no questionário aplicado juntos aos feirantes foi constatado que 18,92% com idade inferior a 29 anos de idade, 43,24% dos feirantes têm idade entre 30 a 49 anos e 29,73% com idade acima de 50 anos (gráfico 03).

⁴¹ Ibid., p. 38.

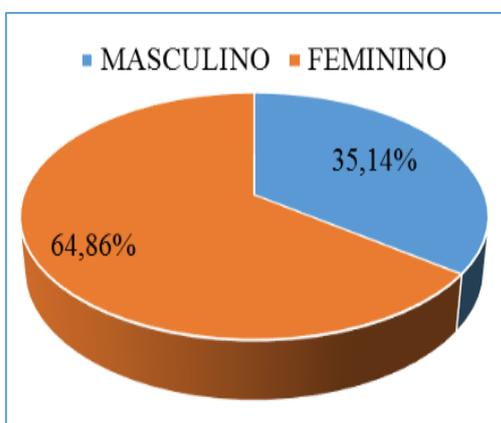
GRÁFICO 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES ENTREVISTADOS, POR FAIXA ETÁRIA, EM 2019.



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Quanto ao gênero foi verificado que 64,86% dos feirantes entrevistados são do gênero feminino enquanto que 35,14% do gênero masculino (gráfico 04).

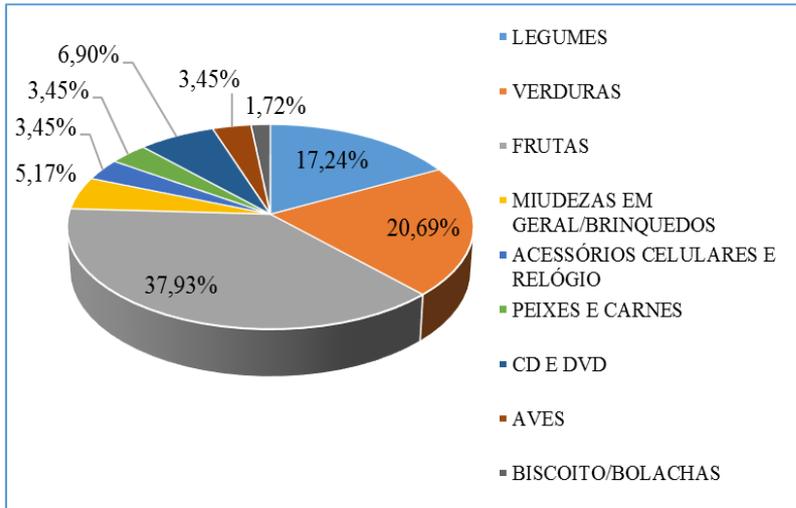
GRÁFICO 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES ENTREVISTADOS, SEGUNDO GÊNERO, EM 2019.



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Através do cabeçalho foram identificados os produtos comercializados pelos vendedores da Feira Livre, sendo 58,62% destes, frutas e verduras, produtos típicos de Feira Livre, conforme mostrado no gráfico 05 a seguir:

GRÁFICO 05 – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Aplicado o questionário junto aos feirantes, percebe-se a origem dos produtos comercializados na feira livre do Cleto Marques Luz. Torna-se importante obter um destaque que 4,26%, são produzidos pelos próprios feirantes.

TABELA 01 – ORIGEM DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA LIVRE

LOCAL	%
Ceasa Forene	57,78%
Mercado da Produção do Centro	8,89%
Paraguai	8,89%
Pernambuco	6,67%
Caruaru	2,22%
Arapiraca	2,22%
União dos Palmares	4,44%
Colônia de Leopôdina	2,22%
Branquinha	2,22%
TOTAL	100,00%

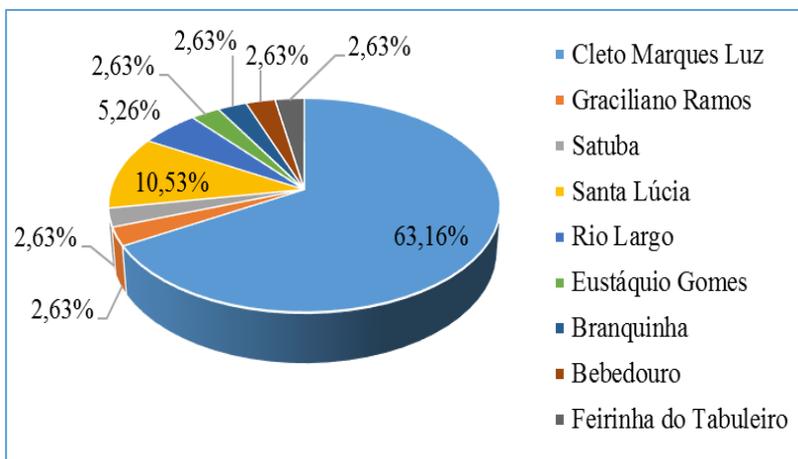
Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

Na identificação dos canais de comercialização, verificou-se que a maior participação do abastecimento da feira é através do Ceasa situado no bairro Forene em Maceió, correspondendo por 57,78%, onde se constata que todos os vendedores de legumes, frutas e verduras o procuram como fornecedor, e que através das entrevistas realizadas com os feirantes

os quais alegaram que o Ceasa possui produtos com qualidade superior em relação a outros fornecedores. O mercado da produção responde por 8,89% do fornecimento. As miudezas e brinquedos originam-se de Caruaru-PE e da própria Capital Pernambuco, a justificativa dada pelos feirantes para a busca desses produtos é o preço mais baixo, e outros produtos ilegais como Cds e Dvds, chegam do Paraguai.

Em relação às questões sobre moradia, nível de renda, existência de auxílios Governamentais visou montar perfil socioeconômico dos feirantes do Conjunto Cleto Marques Luz.

GRÁFICO 06 – MORADIA DOS FEIRANTES



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Em se tratando da residência dos feirantes, 73,69% são moradores da própria região, destacando-se o Conjunto Cleto Marques Luz, com uma concentração 63,16% dos moradores da Feira. Constatamos que o Conjunto Cleto Marques Luz possui uma dinâmica de núcleo econômico popular, onde se está presente além do comércio popular, nas principais ruas, à Feira Livre que possibilita com fundamental importância na renda para os moradores do próprio complexo. Ressaltamos através da pesquisa a presença de feirantes vindos de outras localidades: do bairro Bebedouro, Cidade Universitária; e dos municípios de Branquinha e Rio Largo.

Através da pesquisa de campo, verifica-se o quanto de renda média é proporcionado aos feirantes, por classe social. Foi observado que 89,47% dos feirantes ganham de 01 a 02 salários mínimos o que de fato sustenta a relação de única fonte de rendimento empenhados pelos feirantes. Na tabela 02 mostra a classificação, em que os feirantes do Cleto Marques Luz, são indivíduos da classe F e G, em grande maioria.

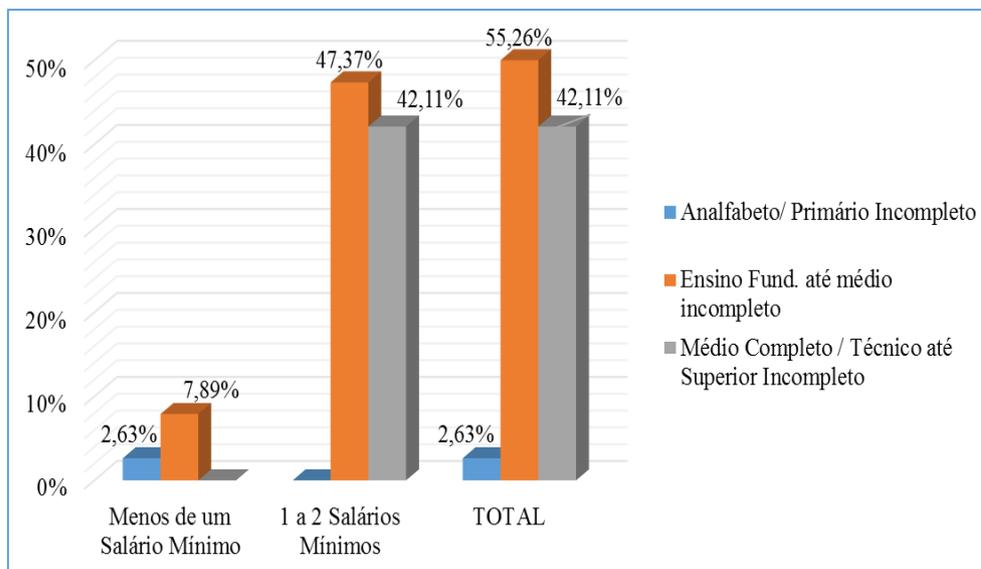
TABELA 02 – CLASSE SOCIAL E FAIXA DE RENDA DOS FEIRANTES*

FAIXA	RENDA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
F	Mais de 1 a 2 salários mínimos	34	89,47
G	Até 1 salários mínimos	4	10,53

* No momento presente da pesquisa, o salário mínimo vigente no Brasil era de R\$ 998,00
 Fonte: SOARES, Marden; MELO SOBRINHO, Abelardo.. (op.cit.).

Estabelecida nesta faixa de renda, esses feirantes não obtêm de lucros satisfatórios em seus negócios, apenas sobrevivência material imediata e que de um modo geral pertencem a uma camada social desfavorecida, sem qualificação e baixo nível escolar.

GRÁFICO 07 – RENDA X NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS FEIRANTES



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

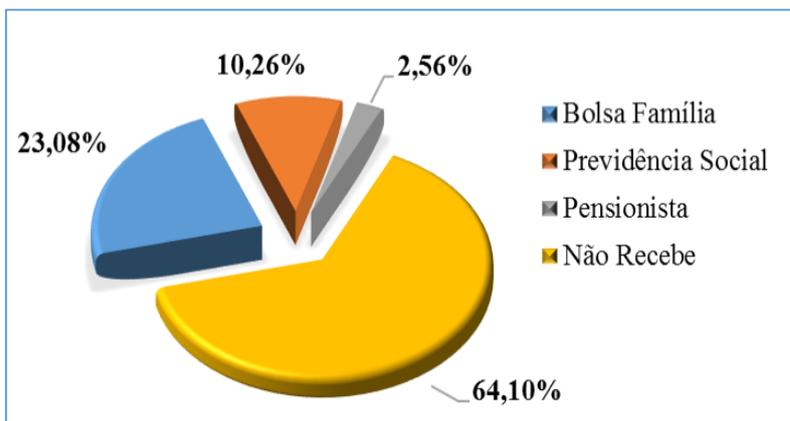
Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas, empenhada pelo governo federal, importantes para a erradicação da pobreza no Brasil, sendo de fundamental relevância em regiões afastadas do centro urbano, onde concentram-se indivíduos de baixa renda, como é o caso do Conjunto Cleto Marques Luz, conforme Carvalho (2016), o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, transforma mensalmente a vida de milhares de alagoanos, injetou em dezembro de 2018 R\$ 79.428.048,00 na economia do Estado, beneficiando 412.116 mil famílias.

Na observação direta *in loco*, o Conjunto Cleto Marques Luz e seu entorno possuem carência recorrente agravadas com o passar do tempo no que se diz infraestrutura, segurança,

transporte público de qualidade, saúde pública, entre outros, o que confere a esta localidade, a importância dos programas sociais, o que proporciona impacto na renda dos feirantes. Sobre esses efeitos, foram verificados o número de feirantes que participam dos respectivos programas federais.

Pelo gráfico 08, 36% declaram receber auxílios governamentais, onde 23,08% são beneficiários do bolsa família.

GRÁFICO 08 – UTILIZAÇÃO DE AUXÍLIOS DO GOVERNO PELOS FEIRANTES



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Na obra de Soares e Melo Sobrinho (2008), se tornam mais propício ao desenvolvimento de crédito cooperativo as faixas classificadas C, D e E. Esses programas, proporcionados por entidades financeiras maduras, traz interessante importância nos seus satisfatórios resultados em Países da América Latina, sendo entendido a promover intensas reflexões para uma doravante distribuição de renda no Brasil. O sistema bancário brasileiro conseguiu atender diretamente, através de suas reestruturações de um novo desenho logístico, emergir a inclusão financeira, que constitui a possibilidade de levar serviços financeiros a pessoas até então excluídas do sistema bancário, como feirante e pequenos empresários informais. Os feirantes mostraram interessados, quanto as suas necessidades, em contrair crédito, foram 46,78% em obter tal modalidade. Os outros 53,32% disseram não optar pelo crédito, alegando a burocracia e o desconhecimento pela pouca escolaridade como fatores desestimulantes. Para os feirantes respondentes, o motivo de sua utilização ao crédito está exposto na tabela 03 a seguir.

TABELA 03 – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS CRÉDITO/MICROCRÉDITO PELOS FEIRANTES

DESCRIÇÃO	%
Compra de Mercadoria	73,68%
Ampliar o negócio	21,05%
Comprar um ponto fixo	5,26%
TOTAL	100,00%

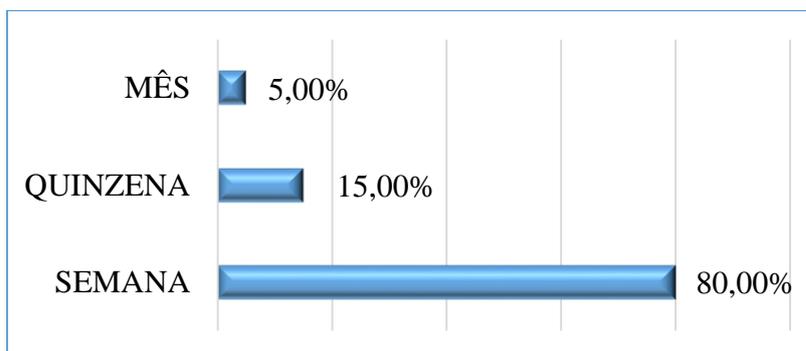
Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

Na tabela 03, mais de 73% dos feirantes obteriam, como objetivo, crédito para compra e reposição de suas mercadorias dentro de seus estabelecimentos. Outros 21,05% ampliariam seus espaços afim de uma melhoria da estrutura onde estão locados. Alguns feirantes se mostraram com interesse em sair da feira livre, ou seja, 5,26% estariam dispostos a criar ou até montar outros negócios.

1.15 Os Consumidores da Feira Livre do Cleto Marques Luz

A Feira do Cleto Marques Luz tem periodicidade diária. Através do questionário direcionado junto aos agentes consumidores da feira livre teve por objetivo identificar o perfil de suas características socioeconômicas que influenciam na dinâmica da feira.

GRÁFICO 09 – FREQUÊNCIA DE COMPRAS NA FEIRA

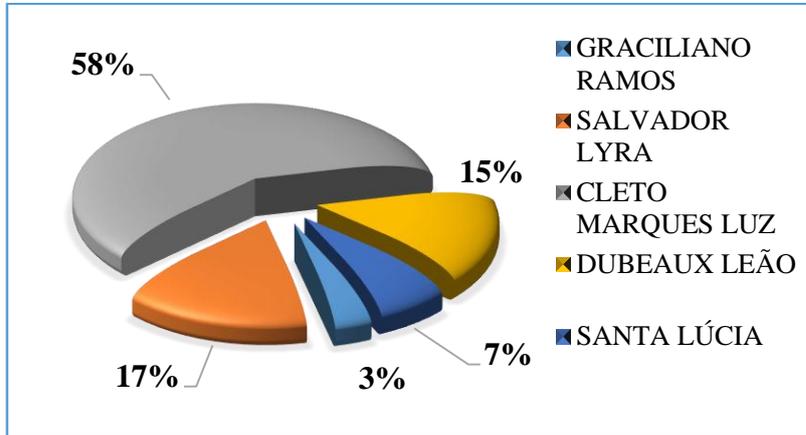


Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Conforme o gráfico 09, os consumidores em sua maioria frequentam a feira todas as semanas representando estes 80% do total. Os que frequentam mensalmente representam 5% e comparecem quinzenalmente a feira responde por 15%. Com destaque para o dia de sábado,

uma vez que a grande maioria dos feirantes se encontram no local, representando como o dia de maior movimentação da feira.

GRÁFICO 10 – LOCAL ONDE RESIDEM OS CONSUMIDORES



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

O poder de abrangência da feira nos permite constatar o fluxo de consumidores que se utilizam dos serviços dela. Os novos elementos que chegam as feiras criam novas relações de trocas e atrai novos consumidores. Representam 58% os consumidores que moram no próprio conjunto, em seguida 17% advindos do Salvador Lyra, 15% Dubeaux Leão e 7% da Santa Lúcia. Foi notada a presença de consumidores de origem de outros bairros de Maceió, como Graciliano Ramos.

A pesquisa realizada buscou investigar as classes sociais dos consumidores que realizam suas compras na feira livre, tendo por base sua renda.

TABELA 04 – CLASSE SOCIAL E FAIXA DE RENDA DOS CONSUMIDORES*

FAIXA	RENDA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	%
D	Mais de 3 a 5 salários mínimos	1	1,67
E	Mais de 2 a 3 salários mínimos	11	18,33
F	Mais de 1 a 2 salários mínimos	41	68,33
G	Até 1 salários mínimos	7	11,67

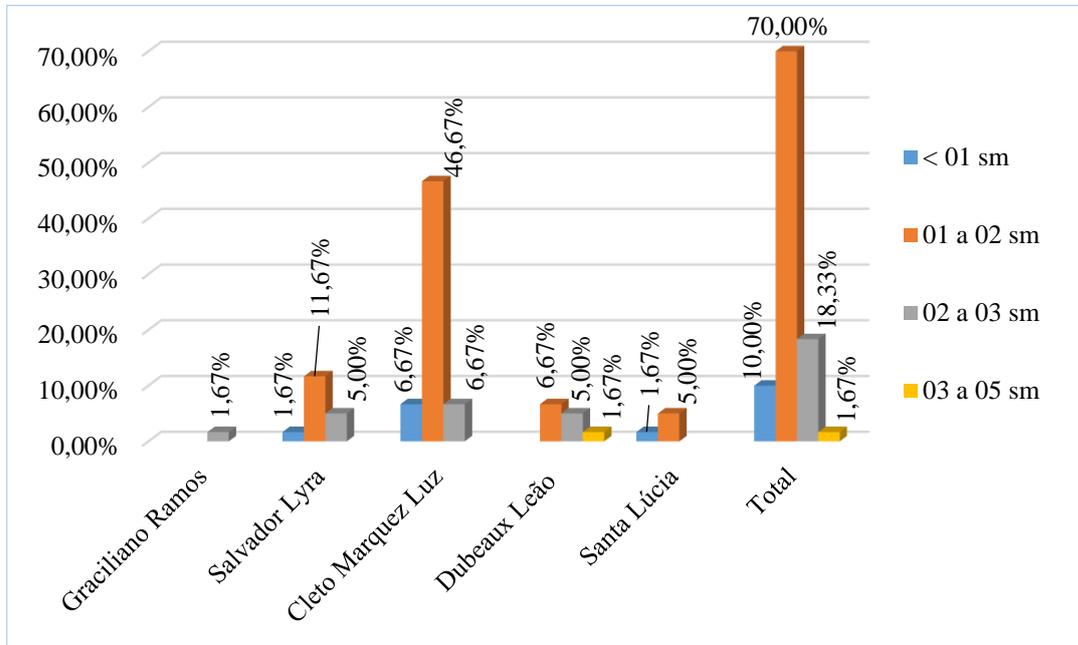
* No momento presente da pesquisa, o salário mínimo vigente no Brasil era de R\$ 998,00

Fonte: SOARES, Marden; MELO SOBRINHO, Abelardo.. (op.cit.).

A tabela 04 nos apresenta que a maioria dos consumidores obtêm de rendimentos abaixo de 02 salários mínimos. A maioria populacional sendo das classes E, F e G, confirma a região do Conjunto Cleto Marques Luz como carente. Através do cruzamento dos dados da localidade

dos consumidores com os dados junto a renda, buscamos identificar onde se predomina a população de menor renda.

GRÁFICO 11 – LOCAL DE RESIDÊNCIA X RENDA DOS CONSUMIDORES



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

Nota-se pelo gráfico 11 que a maior presença dos consumidores, residentes do Conjunto Cleto Marques Luz, e mais assíduos consumidores da feira livre, auferem de no máximo 02 salários mínimos em sua maioria. O Conjunto Cleto Marques Luz, diante de seu contingente populacional, traz uma notoriedade relativa de indivíduos com uma renda familiar inferior.

Pela observação *in loco* muitos dos consumidores levam seus próprios produtos para as residências sem precisar de ajuda específica para levar. Na questão intitulada “Meio de transporte utilizado para levar seus produtos a residência”, foram identificados 80% dos consumidores que preferem carregar suas compras da feira livre.

TABELA 05 – OUTRAS COMPRAS REALIZADAS PELOS CONSUMIDORES

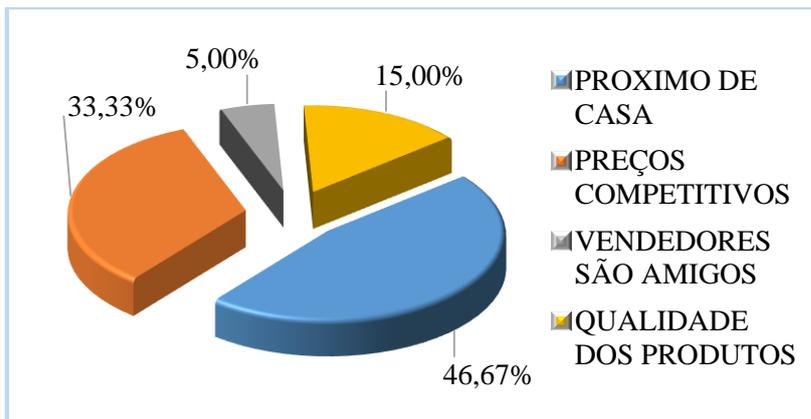
SUPERMERCADO OU MERCADO	%
DO CLETO MARQUES LUZ	65,00
DO SALVADOR LYRA	11,67
Outros Conjuntos	23,33
Total	100,00

Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019.

O Conjunto Cleto Marques Luz possui uma diversificação em seu comércio local. Assim, na observação perante aos consumidores entrevistados, buscou respostas de onde adquirem os alimentos que não são vendidos na feira livre, conforme mostrado na tabela 05.

Dentre os “Outros Conjuntos”, os consumidores declararam fazer suas compras em redes varejistas de supermercados localizados em Maceió.

GRÁFICO 12 – MOTIVOS DOS CONSUMIDORES COMPRAREM NA FEIRA LIVRE



Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

O gráfico 12 nos mostra que, 46,67% dos consumidores consideram que a proximidade da residência leva a comprarem na feira livre. Por volta de 14 km entre o Centro de Maceió e o Mercado da produção do Centro, em conjunto aos rendimentos baixos da população local, considera-se inviável e impossibilita a locomoção perante ao custo de transporte, onde de fato remete o curto percurso entre residência e a feira trazendo significativa relevância. Outra relevância capitada é quanto aos preços competitivos representados por 33,33% pelos consumidores.

Indagamos aos consumidores por sugestões para melhoria da Feira Livre, onde numa questão aberta, ficaram padronizados as repostas, conforme mostra a tabela 06 a seguir:

TABELA 06 – DEMANDA DOS CONSUMIDORES

SUGESTÕES PARA MELHORIA DA FEIRA	%
Mais espaços	42,37
Limpeza	30,51
Higiene	11,86
Organização	8,47
Padronização das barracas	6,78
Total	100

Fonte: Tratamento elaborado pelo autor, 2019

O espaço da feira torna-se um grande fator enfrentado pelos consumidores representado por 42,37%. Uma outra questão avistado pelos consumidores é a falta da limpeza no recinto da feira, com grande circulação de pessoas, torna-se necessário a realização de uma varrição, ensacamento e coleta dos resíduos. O conhecimento técnico-científico e a legislação sanitária são tidos como estranhas ao sistema simbólico dos feirantes. As leis não são efetivas e não têm uma influência importante na construção das práticas higiênicas. As práticas dos fiscais municipais são coercitivas e punitivas e não consideram os valores culturais na formação de novas práticas de higiene, o que demonstra o descaso do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou a questão da Economia Popular. Neste trabalho buscou esboçar, durante todo o momento desta pesquisa, o interesse em compreender e analisar toda uma estrutura econômica popular, mais exatamente no Conjunto Cleto Marques Luz presente na cidade de Maceió.

Nesta vertente é presente a alegação do caráter alternativo das novas práticas populares de autogestão e colaboração econômica ao método de produção capitalista, uma vez que as mesmas inserem uma divisão nas relações de produção capitalistas, ressaltando a representação da ocorrência de uma nova condição de organização do trabalho e das execuções econômicas.

No estudo elaborado é perceptível a importância da apreensão da comunidade em estar disposta para enfrentar às dificuldades em um movimento interno que efetiva como uma forma de relutância e de consolidação de independência diante de distanciamento crescente do olhar e das ações do poder público com relação a localidade.

Primeiramente foi feito um levantamento sobre o conceito da origem e surgimento da feira livre e dos elementos da economia urbana, popular e subterrânea, concluindo-se que o comércio ganha estímulo com o aumento da produção agrícola e pela ascensão produtiva das terras o que abriria uma notável expansão à atividade comercial resultando numa mudança funcional na sociedade.

Com o surgimento da atividade comercial importantes alterações se consolidam no espaço urbano, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade, num complexo conjunto de usos das terras originando a organização espacial da cidade ou o espaço urbano.

Com a presença dos agentes sociais no espaço urbano cria uma característica de ação de transformação pelos promotores imobiliários através da construção de conjuntos habitacionais. Assim, o Conjunto Cleto Marques Luz teve o Estado como fomentador imobiliário, construído pela Caixa Econômica Federal.

No segundo momento desta pesquisa, abordou-se sobre a caracterização da sétima região administrativa de maceio: aspectos urbanos, aspectos históricos e as influências da economia urbana nas comunidades vizinhas.

Sua população do Conjunto busca alcançar suas necessidades de consumo no Centro Comercial e de Serviço, beneficiando-se de maior comodidade, dentro de um equilíbrio estratégico pela sua localização e também pelas mudanças ocorridas que trazem repercussões

espaciais, fazendo-se valer da diversidade de produtos ofertados compreendidos tanto na economia formal, informal e subterrânea.

A oferta dos produtos diversos visa oferecer, em seu entorno, uma real necessidade de consumo, seja de forma básica ou nem tão necessária. Há uma tendência de melhoria no que concerne a economia do tempo, ao fato de não se distanciar para outros logradouros comerciais, possibilitando redução de gastos com passagem, transferindo diretamente para o consumo dentro da região.

Ainda, falou-se sobre a presente dinâmica da economia no Conjunto Cleto Marques luz expondo a economia informal e também trazendo informações importantes sobre feirantes e consumidores. Compreendemos que a feira é um lugar de lazer, comércio, de encontros, com uma atração de uma diversidade de faixas etárias e públicos, amizade e fidelidade, um lugar de pertencimento, de resistência e tradição da dinâmica do comércio varejista que permeia pela simplicidade, com características artesanais o que garantem sua resistência.

Perante o que foi exposto, a gestão municipal tende a falhar, distanciando seu olhar a essa atividade comercial, pois nela existem problemas na questão de organização, limpeza, infraestrutura, coleta de resíduos, segurança nos espaços públicos do conjunto. Há necessidade de se existir medidas implantadas como higienização, padronização das barracas, ordenamento, limpeza, ação com controle de pragas, questões a serem observadas delineando otimizar o espaço da feira livre.

Foi observada a presença de uma população com nível aquisitivo inferior, onde os benefícios auferidos por transferências do governo federal causam impactos na dinâmica econômica alagoana atualmente. Foi relevante ressaltar que o Conjunto Cleto Marques Luz traz característica regional, bem como em seu entorno, como subdesenvolvida, assim sendo, reflete de uma reação imediata destas transferências na economia popular no bairro de Tabuleiro do Martins.

A Feira Livre presente no Conjunto, contribue para um ciclo de consumo impostas pelos vetores econômicos capitalistas dominantes na região. Por serem as feiras uma atividade simples, integram o chamado circuito inferior da economia. Atende de um modo em geral as classes menos favorecidas financeiramente.

Compreendeu-se após a análise deste trabalho que a economia popular no referido Conjunto Cleto Marques Luz se desenvolveu com as diferentes demonstrações sociais, e só foi possível pelo constante enfrentamento de interesses diferentes na gestão das demandas de mercado e políticas públicas. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas futuras que poderão aprofundar diversas questões não elaboradas neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBINO, Á. V. "**Feira da Jatiúca e seus circuitos econômicos, em Maceió.**". 2010. 68 f. Monografia (graduação em Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- ANDRADE, J. A.. "**A rua Cleto Campelo como organizadora da economia popular no bairro do Jacintinho, em Maceió.**". 2007. 85 f. Monografia (graduação em Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.
- BARBOSA, T. V.. Economia popular: da economia política a um conceito operacional. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 8, p. 81-104, 2018.
- BORBA, J. T.. **Monografia para economia**. Organizador João Ildebrando Bocchi. São Paulo: Saraiva. 2004.
- CALDAS, E. D.; VAZ, J. C.; MARTINS, R. D.. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 559-590, 2010.
- CARVALHO, C. P. O.. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 3. ed. 2009.
- CARVALHO, C. P. O.. **Economia popular - uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 7. ed. 2016.
- COÊLHO, J. D.; PINHEIRO, J. C. V.. Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: **SOBER 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**. Porto Alegre, p. 1-15, 2009.
- CORRÊA, ROBERTO LOBATO. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- COSTA, M. J. P.. **Trajectoria do Desenvolvimento: da ênfase no crescimento econômico às expectativas do desenvolvimento sustentável**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente - PRODEMA) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.
- COSTA, M. R.; SANTOS, D. M. **Feiras livres: Dinâmicas Espaciais e Relações de Consumo**. In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - GEOSABERES REVISTA DE ESTUDOS GEOEDUCACIONAIS. Fortaleza: Geosaberes, v. 6, p. 653-665, 2015.
- DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN : um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- DAL RI, N. M. (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. O.; ABDALA, M. C. **'Na banca do 'seu' Pedro é tudo mais gostoso' - Pessoaalidade e sociabilidade na feira-livre.** São Paulo: Ponto.Urbe (USP), v. 2, p. 1-7, 2013.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem - do Feudalismo ao Século XXI.** 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

IBGE. (s.d.). **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - História e Fotos**, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/historico>>. Acesso em: 28 de Julho de 2019.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASCARENHAS, G.; S., D. M.. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico – UFG – IESA.** Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.72-87, 2008.

OLIVEIRA, André dos Santos; NASCIMENTO, Cleir Silva do.. **Jacintinho: o retrato de uma comunidade.** 2005, 60 f. Monografia (graduação em História – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, 2005.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O.. **Princípios de Economia.** 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREIRA, S. B.. **Os elementos intangíveis do desenvolvimento local.** in: Lacerda, Ricardo Oliveira de Melo, Hansen, Dean Lee. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional e Local: Novas e Velhas Questões.** São Cristóvão: Editora UFS, p. 101-130, 2007.

ROSSETTI, J. P.. **Introdução à economia.** 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, M.. **O espaço dividido.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 2014.

SOARES, Marden; MELO SOBRINHO, Abelardo.. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOUZA, L. G.. **MEMÓRIAS DE ECONOMIA (Ensaio: a realidade brasileira),** 2004. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba: Ufpb, Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/lgs-mem.htm>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

VEDANA, V. **"Fazer a Feira": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre.** 2004, 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2004.

ANEXOS:

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE PESQUISA PARA LEVANTAMENTO E CONHECIMENTO DE DADOS SOBRE A FEIRA LIVRE DO CLETO MARQUES LUZ As informações que serão coletadas são confidenciais e não serão divulgadas por nenhum instituto de pesquisa, somente para estudos na Universidade. Grato pela colaboração.	
QUESTIONÁRIOS PARA OS FEIRANTES	
<div style="display: flex; justify-content: center; gap: 10px;"> L V F B CE PC CE CD PN AV </div> <p style="text-align: center; font-size: small;"> L - LEGUMES V - VERDURAS F - FRUTAS B - MIUDEZAS EM GERAL/BRINQUEDOS CE - ACESSÓRIOS CELULARES E RELÓGIO PE - PEIXES E CARNES CD - CD e DVD PN - PRODUTOS NATURAIS E MEDICINAIS AV - AVES </p>	
1. Sexo:	7. Recebe algum auxílio do Governo Federal:
a) Masculino ()	a) Não Recebe ()
b) Feminino ()	b) Bolsa Família ()
	c) Pro-jovem ()
2. Grau de Escolaridade:	d) Previdência Social ()
a) Analfabeto/ Primário Incompleto ()	e) Pensionista ()
b) Ensino Fundamental até médio incompleto ()	f) Outros QUAL: _____
c) Médio Completo / Técnico até Superior Incompleto ()	
d) Superior Completo ()	8. Caso o Produto seja comprado de Terceiros, de onde vem esse Produto:
e) Pós-graduação ()	a) Ceasa Forene ()
	b) Mercado da Produção do Centro ()
3. Em qual Conjunto Reside:	c) Feira do Tabuleiro ()
a) Graciliano Ramos ()	d) Mercado do Tabuleiro ()
b) Salvador Lyra ()	e) Feira do Jacintinho ()
c) Village Campestre ()	f) Mercado do Jacintinho ()
d) Dubeaux Leão ()	g) Interior do Estado QUAL: _____
e) Santa Lúcia ()	
f) Outros Bairros () QUAL: _____	9. Faixa de Renda Domiciliar (Salário mínimo R\$ 998,00):
	a) Sem Rendimento ()
4. Estado Civil:	b) Menos de um Salário Mínimo ()
a) Casado (a) ()	c) 1 a 2 Salários Mínimos ()
b) Solteiro (a) ()	d) 2 a 3 Salários Mínimos ()
c) Divorciado / Separado (a) ()	e) 3 a 5 Salários Mínimos ()
d) Viúvo (a) ()	f) 6 a 10 Salários Mínimos ()
	h) 10 a 15 Salários Mínimos ()
5. Faixa Etária:	i) Acima de 15 Salários Mínimos ()
a) 15 a 24 anos ()	
b) 25 a 29 anos ()	10. Paga algum tipo de taxa/imposto a Prefeitura?
c) 30 a 39 anos ()	a) Sim ()
d) 40 a 49 anos ()	b) Não ()
e) Acima de 50 anos ()	c) Não quis opinar ()
6. Possui Banca em Outra Feira.	11. Formas de Pagamento aceite pelo(a) feirante:
a) Ceasa Forene () sim () não	a) À vista ()
b) Feira do Tabuleiro () sim () não	b) Cartão de Crédito ()
c) Mercado da Produção do Centro () sim () não	c) Cheque ()
d) Feira do Jacintinho () sim () não	d) Outros QUAL: _____
e) Feira do Graciliano Ramos () sim () não	
f) Outras Feiras () sim () não	
QUAL: _____	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

PESQUISA PARA LEVANTAMENTO E CONHECIMENTO DE DADOS SOBRE A FEIRA LIVRE DO CLETO MARQUES LUZ

As informações que serão coletadas são confidenciais e não serão divulgadas por nenhum instituto de pesquisa, somente para estudos na Universidade. Grato pela colaboração.

QUESTIONÁRIOS PARA OS CONSUMIDORES

1. Frequência de Compras na Feira:			8. Motivos de comprar na Feira:
Semana	Quinzena	Mês	a) Próximo de Casa ()
			b) Preços Competitivos ()
2. Sexo			c) Infraestrutura ()
a) Masculino			d) Vendedores são amigos/conhecidos ()
b) Feminino			e) Limpeza / Estacionamento ()
			f) Qualidade dos Produtos ()
3. Grau de Escolaridade:			g) Outros QUAL: _____
a) Analfabeto/ Primário Incompleto ()			h) Não soube / não quis responder
b) Ensino Fundamental até médio incompleto ()			
c) Médio Completo / Técnico até Superior Incompleto ()			
d) Superior Completo ()			9. Além da Feira Livre, onde faz as compras do Mês:
e) Pós-graduação ()			a) Supermercados ou Mercados do Cleto Marques Luz ()
			b) Supermercados ou Mercados do Salvador Lyra ()
4. Em qual Conjunto Reside:			c) Supermercados ou Mercados do Santa Lúcia ()
a) Graciliano Ramos ()			d) Supermercados ou Mercados do Dubeaux Leão ()
b) Salvador Lyra ()			e) Supermercados ou Mercados do Santa Amélia ()
c) Village Campestre ()			f) Em outros bairros ()
d) Dubeaux Leão ()			g) Não soube / não quis responder ()
e) Santa Lúcia ()			
f) Outros Bairros () QUAL: _____			
5. Estado Civil:			9. Faixa de Renda Domiciliar (Salário mínimo R\$ 998,00):
a) Casado (a) ()			a) Sem Rendimento ()
b) Solteiro (a) ()			b) Menos de um Salário Mínimo ()
c) Divorciado / Separado (a) ()			c) 1 a 2 Salários Mínimos ()
d) Viúvo (a) ()			d) 2 a 3 Salários Mínimos ()
			e) 3 a 5 Salários Mínimos ()
6. Faixa Etária:			f) 6 a 10 Salários Mínimos ()
a) 15 a 24 anos ()			h) 10 a 15 Salários Mínimos ()
b) 25 a 29 anos ()			i) Acima de 15 Salários Mínimos ()
c) 30 a 39 anos ()			
d) 40 a 49 anos ()			
e) Acima de 50 anos ()			10. Quais as sugestões que o senhor (a) daria para a melhoria da Feira?
7. Meio de transporte utilizado para levar seus produtos a residência:			
a) Levo meus próprios produtos			
b) Carregador (carro de mão ou similar)			
c) Carro			
d) Bicicleta			
e) Outros QUAL: _____			